



## EDITAL Nº 001/2022

**PROCESSO/PMSF/RN n.º 2022.01.0002**

**TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022**

EM, 17 DE JAN. DE 2022.

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**, instituída pela Portaria n.º 0834-GPMSF/2022, de 03 de Janeiro de 2022 da lavra de Sua Excelência o Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados que, objetivando a contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para a execução de obras civis adiante destacadas, fará licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo “menor preço”, sob a forma de execução indireta, **pelo regime de empreitada por preço unitário**, à qual será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, cuja documentação e propostas de preços deverão ser entregues no dia 02 DE FEVEREIRO DE 2022, às 09:00 horas, no prédio sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Capitão João Florêncio, n.º 45, Centro, São Fernando/RN, com abertura prevista para a mesma data e horário.

### 01. DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta é a contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para executar obras civis na edificação e/ou construção de dois abrigos de passageiros na cidade de São Fernando/RN.

**1.2.** As especificações técnicas e os quantitativos dos serviços a serem executados encontram-se discriminados no Projeto Básico e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital.

### 02. DO REPRESENTANTE LEGAL

**2.1.** Cada licitante deverá fazer-se presente somente com um representante, que devidamente munido de documento de identificação (Cédula de Identidade ou documento equivalente) e instrumento de procuração, público ou particular com a firma devidamente reconhecida e



com poderes especiais e específicos para a prática de quaisquer dos atos do procedimento licitatório pertinente à TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022 – Processo/PMSF/RN n.º 2022.01.0002, que o habilite junto à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, será o único admitido a intervir em todas as fases desta licitação, desde que demonstre tal condição dentro do prazo previsto no item 2.2.

**2.2.** Estando a empresa licitante representada por um de seus titulares ou diretores, deverá o mesmo demonstrar à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, através de documento hábil até o horário previsto para abertura da presente licitação, que desempenha, realmente, tal função.

**2.3.** O licitante que não se fizer representar, nas condições e forma previstas neste item, não poderá participar ativamente da licitação, ficando impedido, portanto, de assinar e rubricar quaisquer documentos pertinentes ao presente procedimento, como também não poderá: interpor eventuais recursos; solicitar vistas, esclarecimentos e informações; requerer juntadas de requerimentos, impugnações e/ou solicitações de reconsiderações.

**2.4.** A falta da aposição da assinatura do representante legal na respectiva Ata de Julgamento, quando for o caso, implicará, para todos os efeitos legais, na aceitação das decisões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, sem que lhe caiba qualquer recurso ou indenização.

### 03. DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO E DA PREFERÊNCIA

**3.1.** Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa regularmente estabelecida no país e que satisfaça integralmente as condições e exigências deste Edital, que esteja cadastrada na Prefeitura Municipal de São Fernando/RN até o terceiro dia anterior à data marcada para o recebimento da proposta de preços (art. 22, §2.º da Lei Federal n.º 8.666/93), devendo ainda o licitante:

**I** – Apresentar à Comissão Permanente de Licitação da PMSF/RN, para aquisição do presente Edital e de seus anexos, algum documento em que conste a razão social e o CNPJ da empresa interessada;

**II** - Não ser pessoa jurídica reunida em consórcio tendo em vista se tratar de uma obra com baixíssima complexidade técnica e de baixo valor econômico;



**III** - Não estar sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou haja sido suspenso de licitar pela Administração Pública e/ou declarado inidôneo por qualquer órgão público;

**IV** – Entregar à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, através de seu representante legal, os envelopes de documentação e proposta de preços, na data, hora e local da abertura da licitação, não se admitindo, sob qualquer hipótese, o envio dos respectivos envelopes através dos correios, fax, internet ou quaisquer outros meios;

**V** – Ter ciência de que seu representante legal não poderá, em hipótese alguma, representar mais de uma empresa licitante, sob pena de verificando-se tal situação, ficar as empresas, assim representadas, excluídas de participar de todas as fases da licitação sem que lhes caiba, para todos os efeitos legais, nenhum recurso ou indenização;

**VI** – Dirigir-se à Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, até três dias antes da data prevista para a abertura do certame, a fim de fazer o cadastro e adquirir a cópia do Edital e de seus anexos;

**VII** – Ter conhecimento de que o descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste Edital, notadamente quanto à habilitação (documentação) e à proposta de preços implicará, para todos os efeitos legais, na sua pronta inabilitação ou desclassificação, conforme seja caso, pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN.

**3.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte terão preferência para a contratação nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações.

## 04. DA DOCUMENTAÇÃO

**4.1** - A empresa licitante deverá obrigatoriamente os documentos (ENVELOPE N° 01) a seguir elencados, sob pena de ser prontamente inabilitada, obedecida à ordem de apresentação abaixo estabelecida, devendo, os ditos documentos serem apresentados em original ou em cópia autenticada por tabelião de notas ou conferida com o original por qualquer membro da Comissão Permanente de Licitação, desde que a licitante interessada tenha comparecido com as cópias e os respectivos originais até vinte e quatro horas anteriores ao horário marcado para a abertura dos envelopes com a documentação:

### **I – Habilitação Jurídica**



- a) cédula de identidade do representante legal da empresa licitante (sócio(s) e/ou proprietário);
  - b) registro comercial, no caso de empresa individual;
  - c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Obs.: Caso a empresa possua mais de um sócio e ou proprietário, apresentar os documentos de identificação de todos.

## II – Qualificação econômico-financeira

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
  - a.1) A boa situação financeira da empresa será comprovada mediante a apresentação de resumo contábil com a demonstração de obtenção do índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior a 01 (um), calculado e comprovado através da seguinte fórmula:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- a.2) Somente serão habilitadas, as empresas licitantes que obtiverem o índice SG igual ou maior que 1,0 (um).
- a.3) Caso a Comissão Permanente de Licitação comprove alguma manobra com vistas a apresentação do índice SG, a empresa responsável pelo balanço será automaticamente inabilitada.
- a.4) Se o índice for menor que 1,0 (um), a empresa poderá apresentar demonstrativo com o capital social integralizado correspondente a 10% (dez por cento) do valor estipulado pela Administração para pagamento dos serviços.
- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede do licitante, até sessenta (60) dias antes da data fixada, neste Edital, para realização do certame. Esta certidão também poderá ser obtida pela internet no site do Tribunal de Justiça, no endereço [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br), no campo Consultas/Emissão e autenticação de certidão, sendo a empresa domiciliada no Estado do Rio Grande do Norte.





Obs.: As demonstrações contábeis a que se refere a alínea “a”, de acordo com o art. 176 da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as demonstrações contábeis consistem de: demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa.

### **III – Quanto à regularidade fiscal**

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d)** Certificado de Regularidade Fiscal – CRF, relativo ao recolhimento do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Débitos Estaduais e a Dívida Ativa do Estado, emitida pela Secretaria de Tributação ou outro órgão equivalente na Unidade Federada à qual a empresa licitante é domiciliada;
- f)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria de Tributação ou outro órgão equivalente no município no qual a empresa licitante é domiciliada;
- g)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho nos termos da Lei Federal n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.

### **IV - Qualificação Técnica:**

- a)** Certidão de Registro e Quitação (CRQ) da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Estado do Rio Grande do Norte (CREA/RN), sendo que, em caso de empresas procedentes de outros estados federados, deverá a referida certidão estar visada pelo CREA/RN;
- b)** Capacitação técnico-profissional - Comprovação de que a empresa, na data fixada para realização da presente licitação, possui, em seu quadro permanente, técnico de nível superior legalmente habilitado junto ao CREA, detentor de certidão de acervo técnico que comprove experiência anterior compatível com o objeto da presente licitação. Esta comprovação dar-se-á mediante a apresentação de cópia xerográfica de contrato de trabalho ou



registro na CTPS autenticada pela DRT, ou ainda de ficha de registro de empregado(s).

**b.1)** O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante para fins de comprovação de sua capacitação técnico-profissional, deverá(ao) constar de relação descritiva de sua qualificação, com indicação da função e do tempo de atividade de cada um na função coerente com o porte da obra, devendo ainda ser acompanhada de declaração de que o mesmo participará da execução das obras.

**c)** Capacitação técnico-operacional – Será feita por atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, devidamente registrados no CREA, comprovando que a mesma já executou obras ou serviços semelhantes e compatíveis em características, quantidades e prazos, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos itens de maiores relevâncias, conforme se vê nos itens 6.6; 6.7 e 6.10 da Planilha Orçamentária.

#### **V – Outras exigências:**

**a)** Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, de Concordância com os Termos do Edital e de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade, conforme modelo a seguir:

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E MÃO-DE-OBRA INFANTIL

\_\_\_\_\_ (razão social na empresa) inscrita no CNPJ N.º :  
\_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de  
seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado,  
portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º  
\_\_\_\_\_, para os fins de habilitação na TOMADA DE PREÇOS n.º  
001/2022, DECLARA expressamente que:

→ Até a presente data, inexistem fatos supervenientes a sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

→ Concorda plenamente com os termos do Edital, e, por isso, abdica do direito de impugná-lo nos termos do art. 41, §§ 1.º e 2.º da Lei Federal n.º 8.666/93;

→ Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro



de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Data, nome e assinatura do Responsável pela licitante;

**b)** Declaração, emitida pelo responsável da empresa licitante, de que recebeu os documentos, e que visitou o local onde serão realizados os serviços objeto desta Tomada de Preços, inteirando-se, portanto, de todas as informações e condições locais do terreno, bem como das dificuldades e circunstâncias outras que possam influir, não somente na elaboração da proposta, como na própria execução dos serviços;

**c)** Declaração atestando sob as penas da lei que a licitação (TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022) visando a contratação de empresa para a execução de obras civis na edificação e/ou construção de dois abrigos de passageiros na cidade de São Fernando/RN, atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, inclusive quanto à forma de publicação;

**d)** Declaração atestando sob as penas da lei que a licitação (TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022) visando a contratação de empresa para a edificação e/ou construção de dois abrigos de passageiros na cidade de São Fernando/RN, atendeu a todos os dispositivos constantes na legislação em vigor, em especial ao Decreto Federal n.º 7.983, de 08 de abril de 2013;

**e)** Declaração responsabilizando-se sob as penas da lei, pela garantia dos serviços executados no que tange a sua solidez e segurança pelo prazo de cinco anos a partir do recebimento definitivo nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme estabelecido no art. 618 do Código Civil Brasileiro c/c o art. 69 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**f)** Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a que se refere a presente licitação;

**4.2.** A não adequação da integralidade da planilha aos limites impostos pelo Decreto n.º 7.983/2013, implica na desclassificação da proposta de preços.

**4.3.** A documentação exigida neste item deve estar dentro do prazo de validade, como também ser apresentada em envelope opaco, lacrado e indevassável, contendo em sua face externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022  
PROCESSO/PMSF/RN N.º 2022.01.0002  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO.

## 05. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**5.1.** A proposta (ENVELOPE N.º 02) deverá ser apresentada, em uma via datilografada ou processada através de meio eletrônico, com papel timbrado da empresa, separada e montada, redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada a última folha e rubricada nas demais, pelo representante legal da empresa, dela constando, obrigatoriamente:

**I** – Planilha com preço total expressos em R\$ (reais), por item, e unitário, unitário com BDI e total por subitem da planilha. Ao final, somem-se os valores dos itens para indicar o valor global da planilha, expressos em algarismos e por extenso.

**II** – Planilha com o Cronograma Físico-Financeiro com os prazos e percentuais compatíveis com a planilha referencial;

**III** – Planilha com a composição analítica dos preços de memória de cálculo em que conste minimamente a descrição, as quantidades e os custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida, conforme modelo apresentado no Projeto Básico. Estas composições serão apresentadas pela empresa vencedora em três dias da proclamação do resultado.

**IV** – Razão social da firma, CNPJ/MF, endereço completo, inclusive o CEP, telefone e número do fax para envio de correspondências, tudo consignado no final da proposta;

**V** - Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a sessenta (60) dias, contados da data de sua abertura pela Comissão Permanente de Licitação, bem como nome, CPF, Cédula de Identidade e endereço completo do diretor ou titular da empresa, responsável pela assinatura do contrato decorrente da presente licitação.

**VI** – Declaração de que nos preços ofertados na proposta de preços já estão incluídos todos os elementos (impostos, taxas, uniformes, fretes, refeições, etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os mesmos.

**5.2.** Todas as planilhas de custos previstas nos incisos I a III do subitem 5.1 deste Edital deverão estar assinadas pelo representante legal da empresa e pelo *profissional técnico responsável pela elaboração das mesmas.* A





empresa fica obrigada a demonstrar com documentos o vínculo empregatício ou de subordinação do profissional que assinou as planilhas.

**5.3.** A proposta deverá ser apresentada em envelope opaco, lacrado e indevassável, contendo em sua face externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022  
PROCESSO/PMSF/RN N.º 2022.01.0002  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS.

## 06. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

**6.1.** Os envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, em envelopes distintos, por intermédio do representante legal da empresa, no local, data e horário em que será realizada a licitação, não se admitindo, em nenhuma hipótese, o recebimento de documentos relacionados com a habilitação e/ou proposta de preços fora dos respectivos envelopes e/ou depois do prazo (data e horário) estabelecido para a abertura da presente licitação.

**6.2.** Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo a documentação de habilitação que será analisada e rubricada pelos membros da Comissão e pelos demais licitantes presentes. Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise da documentação de habilitação, marcando nova data e horário, para prosseguimento dos trabalhos.

**6.3.** Ocorrendo interrupções, os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados e lacrados, serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes, ficando em poder daquela, até que seja decidida a habilitação.

**6.4.** A Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder os envelopes contendo as propostas de preços dos licitantes inabilitados, mantendo-os devidamente fechados e rubricados, até o término do período recursal, de que trata o art. 109, I, “a”, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**6.5.** Após o término do período recursal de que trata o subitem anterior, será comunicado aos licitantes habilitados nova data e horário para a abertura



das propostas e, seguidamente, feita a devolução dos invólucros contendo as propostas de preços dos licitantes inabilitados.

**6.6.** Não havendo licitante inabilitado ou se todos os licitantes manifestarem, expressamente, desistência de interpor recurso; intenção esta que deverá constar na ata a ser lavrada e assinada por todos os licitantes presentes, e depois de serem devolvidos todos os envelopes contendo as propostas dos licitantes inabilitados, proceder-se-á a imediata abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas, sendo as mesmas rubricadas, folha por folha, por todos os licitantes presentes, e na presença da Comissão, que também as rubricará.

**6.7.** Da reunião para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e propostas de preços, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todas as empresas participantes do certame, as reclamações, protestos, solicitações de esclarecimentos e impugnações feitas, bem como, as demais ocorrências que interessam ao julgamento da licitação. A ata será assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes, não sendo consideradas declarações feitas posteriormente.

## 07. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**7.1.** Para efeito de julgamento, será considerada vencedora a proposta que atender as especificações do presente Edital e apresentar, nos moldes da planilha de composição de custos adiante anexada, o menor preço global para a execução dos serviços ora licitados.

**7.2.** Não será levada em consideração, para efeito de julgamento, a proposta que contiver qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado, como também, será desclassificada a empresa que apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**7.2.1.** Entende-se por irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento a inserção de quantitativos diferentes dos previstos na planilha referencial, assim como a colocação de preços unitários superiores aos valores básicos da planilha referencial.

**7.2.2.** Verificada qualquer das situações destacadas no subitem anterior, a proposta será desclassificada sem direito a recurso por parte da empresa responsável por sua apresentação.

**7.3.** Possíveis divergências de percentuais na tabela de benefícios e despesas indiretas para menor em relação ao percentual referencial será de



estrita responsabilidade da empresa proponente, não cabendo questionamentos e/ou motivos para desclassificá-la.

**7.4.** Se duas (02) ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será procedido sorteio, mediante ato público, para se conhecer a proposta vencedora.

**7.5.** A Comissão Permanente de Licitação ainda:

**I** - Elaborará, caso não seja possível consignar o julgamento das propostas na respectiva ata de abertura, Laudo de Julgamento devidamente assinado por todos os membros da Comissão (três membros);

**II** - Providenciará a publicação, por extrato, do resultado da licitação na imprensa oficial, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei Federal n.º 8.666/93, não sendo vedado a publicação no Diário Oficial do Estado.

**7.6.** O Prefeito Municipal será o responsável pela homologação da licitação, até a entrega da Nota de Empenho (ou instrumento equivalente), ou a qualquer tempo, poderá desclassificar a licitante vencedora, mediante despacho fundamentado, sem que caiba direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso tenha conhecimento de qualquer circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade financeira, técnica, ou administrativa da empresa, quando for o caso.

## 08. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

**8.1.** Qualquer cidadão é parte legítima para apresentar impugnação relativa ao presente Edital, o qual deverá ser protocolada na sede da Prefeitura Municipal até cinco (05) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a PMSF/RN, julgar e responder em até três (03) dias úteis, conforme previsto no § 1º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**8.2.** Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, perante a Administração da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, o licitante que não protocolando o pedido na sede da Prefeitura Municipal até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, venha apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**8.3.** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



**8.4.** A inabilitação do licitante importa em preclusão de seu direito de participar das fases subsequentes.

**8.5.** Em qualquer das hipóteses de impugnação do presente Edital, deverá o pedido ser dirigido a autoridade responsável por sua confecção, em duas vias, e constar o número do Edital, do processo licitatório e da respectiva Tomada de Preços, bem assim a qualificação completa do interessado (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e endereço, em se tratando de pessoa física, e, no caso pessoa jurídica, razão social, CNPJ, endereço e nome de seu representante legal), devendo, ainda, estar instruído com cópia do CPF e/ou do CNPJ do interessado, sob pena de não ser apreciado pela Administração.

**8.6.** Sendo o pedido de impugnação formulado por pessoa jurídica deverá esta estar representada em estreita conformidade com todas as exigências de representação constantes do item 02 deste Edital, devendo, inclusive, juntar cópia da procuração, dos Estatutos e/ou do respectivo Contrato Social.

**8.7.** Fica vedada, para todos os fins de direito, a apresentação de pedido de impugnação através de fax, internet ou de qualquer outro meio não previsto neste Edital.

**8.8.** Existindo qualquer alteração no presente Edital, durante a vigência do prazo correspondente, o mesmo será prorrogado por número de dias igual ao decorrido do aviso inicial, usando para a divulgação os meios utilizados de início.

**8.9.** Para fins de contagem de prazo no tocante a apresentação de impugnações e recursos será desprezado o dia do vencimento ou seja: o dia escolhido como data marcada para a realização certame.

## 09. DOS RECURSOS

**9.1.** Eventuais recursos referentes à presente Tomada de Preços deverão ser interpostos no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, em petição escrita dirigida à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, conforme determinação do art. 109, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, e protocolizada na Prefeitura Municipal, no endereço mencionado no subitem 20.1 deste Edital.

**9.2.** Os recursos referentes à fase de habilitação, terão efeitos suspensivos e só poderão ser interpostos, sob pena de preclusão, antes do início da abertura das propostas.





**9.3.** Interposto o recurso o fato será comunicado aos demais licitantes, que terão prazo máximo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para impugná-lo, de conformidade com o §3.º do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**9.4.** Recebida a impugnação do recurso de que trata o subitem anterior, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de cinco (05) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso devidamente instruído, e respectiva impugnação ao Prefeito Municipal, que é a autoridade superior responsável pela homologação do certame, que decidirá em cinco (05) dias úteis contados da data de seu recebimento, conforme previsão do §4.º do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**9.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão levados em consideração.

## 10. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

**10.1.** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

**10.2.** Poderá ser adiada a sua realização ou transferida sua abertura para outro dia, mediante prévio aviso.

**10.3.** A anulação da presente licitação, por motivo de ilegalidade, não gera a obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei Federal n.º 8.666/98.

**10.4.** A nulidade da presente licitação induz a nulidade do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei retro mencionada.

**10.5.** No caso de renovação ou anulação da presente licitação, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 11. DO CONTRATO

**11.1.** O prazo de assinatura do contrato decorrente do presente processo será de cinco (05) dias úteis, contados da data de recebimento da Nota de Empenho (ou instrumento equivalente) pela(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.



**11.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora do certame, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela PMSF/RN.

**11.3.** Caso a empresa vencedora da licitação se recuse a assinar o contrato decorrente do presente processo, no prazo acima estabelecido, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora do certame, ficando esta tolhida do direito de contratar com a PMSF/RN, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81, da mencionada lei.

**11.4.** Decorridos sessenta (60) dias da data de abertura das propostas, caso não ocorra a convocação para assinatura do Termo de Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos com a PMSF/RN, sem que lhes caiba nenhuma indenização.

**11.5.** A vigência do Contrato poderá ser prorrogada nos termos do art. 57, §1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93 pelo tempo necessário a conclusão das obras pactuadas formalmente.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA PMSF/RN

### 12.1. São obrigações da PMSF/RN:

**I** - Efetuar o pagamento dos serviços executados de acordo com a forma convencionada neste Edital;

**II** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato decorrente da presente licitação através de um representante especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

**III** - Fornecer à ADJUDICATÁRIA, para a perfeita execução dos serviços contratados, todas as informações que forem solicitadas em prazo hábil para não atrasar a execução dos serviços;

**IV** - Notificar, por escrito, à ADJUDICATÁRIA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção;

**V** - Assegurar o livre acesso de pessoas credenciadas pela ADJUDICATÁRIA, aos locais de execução dos serviços;

**VI** - Observar para que durante toda vigência do contrato decorrente deste procedimento sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;



**VII** - Determinar, quando for o caso, a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às suas determinações e recomendações, cabendo à ADJUDICATÁRIA, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes;

**VIII** - Examinar, quando for o caso, as Carteiras Profissionais dos empregados contratados pela ADJUDICATÁRIA, para comprovar o registro de função profissional, e bem como exigir a comprovação de pagamento de salários e contribuições previdenciárias e demais encargos sociais;

**IX** - Rejeitar, se for o caso, métodos e serviços inadequados ou exigir a retirada do local, de empregado ou encarregado que não esteja exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo à ADJUDICATÁRIA substituí-lo dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas. Em idênticas condições, poderá ser retirado do local onde estiver sendo executados os serviços, todo e qualquer material ou equipamento impugnado ou não aceito pela fiscalização.

**12.2.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante (fiscal) da PMSF/RN deverão ser solicitadas à Secretária Municipal de Infraestrutura, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

**12.3.** Nos eventuais atrasos no pagamento de parcelas das obras motivados pela PMSF/RN, sem justificativa técnica que possa elidir a sua responsabilidade, esta fica obrigada a compensar a ADJUDICATÁRIA mediante a incidência da taxa de 0,03% (três centésimos por cento) cumulativo, calculado por dia de atraso sobre a parcela devida, a título de juros de mora.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

**13.1.** Na execução da obra objeto do presente Edital, envidará a ADJUDICATÁRIA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

**I** - Executar os serviços de acordo com a legislação e normas técnicas em vigor aplicáveis à espécie, observando, sempre, as recomendações, orientações, sugestões e determinações da PMSF/RN;

**II** - Empregar na execução dos serviços pessoal preparado, legalizado, e, quando em serviço, uniformizado e limpo, portando ainda crachá de *identificação*;



**III** - Substituir qualquer empregado no caso de falta ou ausência legal de maneira a não prejudicar o andamento e boa execução dos serviços. Caso a substituição recaia sobre empregado com exigência de experiência profissional, o substituto terá de ter acervo técnico compatível com aquele apresentado na documentação de habilitação;

**IV** - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências legais para o exercício da atividade do objeto desta licitação;

**V** - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando a PMSF/RN do resultado das inspeções;

**VI** - Providenciar junto às autoridades competentes, sem nenhum ônus adicional para a PMSF/RN, a obtenção de licença, a autorização de funcionamento e alvará da atividade a que se propõe, se for o caso;

**VII** - Recrutar, preferencialmente no Município de São Fernando/RN, os empregados em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer ônus para PMSF/RN, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;

**VIII** - Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços contratados, por eventuais prejuízos causados direta ou indiretamente a PMSF/RN ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados;

**IX** - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato decorrente do presente Edital, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito, da PMSF/RN;

**X** - Apresentar, quando da entrega da fatura para pagamento dos serviços executados, certidões que atestem a sua regularidade fiscal, dentro de seus respectivos prazos de validade, e bem como os documentos que comprovem o pagamento de salários e o recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos sociais decorrentes deste contrato;

**XI** - Substituir sempre que exigido pela PMSF/RN, o empregado da firma cuja permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para a PMSF/RN, sem que lhe assista nenhum direito à indenização ou reclamação contra a Prefeitura Municipal de São Fernando;





**XII** - Registrar e controlar, juntamente com o preposto da PMSF/RN, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

**XIII** - Manter, durante toda a execução do contrato decorrente da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**XIV** - Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PMSF/RN e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

**XV** - Colocar na direção geral dos serviços, com presença permanente nesta, profissional qualificado, cuja nomeação ou eventual substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a PMSF/RN, e por esta ser aprovada.

**XVI** - Aceitar, prontamente, quando solicitado pela PMSF/RN, qualquer modificação ou permutação feita no horário de trabalho com a finalidade de melhor atender as conveniências e interesses da Administração;

**XVII** - Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério da PMSF/RN, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**XVIII** - Dotar os locais de trabalho de equipamentos de proteção coletiva (DPCs) e fornecer, gratuitamente, aos empregados, equipamentos de proteção individual (EPIs), em perfeito estado de conservação e com certificado de aprovação (CA), substituindo-os quando se deteriorarem, sem nenhum custo para os empregados, responsabilizando-se, ainda, pela sua higienização e manutenção periódica (NR 06);

**XIX** - Providenciar tão logo seja homologado o procedimento licitatório a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da Obra pelo mesmo profissional indicado na alínea “b”, inciso IV do subitem 4.1 do Edital;

**XX** - Abrir a inscrição da obra junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais relativas à obra;

**XXI** - Emitir comunicação de Acidente de Trabalho, enviando-a para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, quando ocorrer acidente de trabalho com seus empregados ou quando esses desenvolverem doenças ocupacionais, independentemente de haver ou não afastamento do trabalho;

**XXII** - Responsabilizar-se pela garantia dos serviços executados no que tange a sua solidez e segurança pelo prazo de cinco anos a partir do



recebimento definitivo nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei Federal n.º 8.666/93.

**13.2.** A garantia de que trata o inciso XXII implica na obrigação de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados nos termos do art. 69 da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c o art. 618 do Código Civil Brasileiro, considerando-se usos adequados para a respectiva via urbana.

**13.3.** Por força do parágrafo 2.º do art. 32, da Lei Federal n.º 8.666/93, fica a ADJUDICATÁRIA obrigada a declarar a PMSF/RN, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação no presente processo licitatório.

## 14. DAS PENALIDADES

**14.1.** As penalidades previstas nos arts. 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e também no art. 7.º da Lei Federal n.º 10.520/2000, a serem aplicadas à ADJUDICATÁRIA, se resumem em:

1. Advertência;
2. Multa;
3. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município;
4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. Declaração de inidoneidade.

**14.2.** As penalidades acima serão aplicadas de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Advertência – aviso por escrito, emitido ao contratado pela inexecução total ou parcial do contrato e será expedida pelo Secretário Municipal de Transportes, Serviços e Mobilidade Urbana;
- b) Multa – sanção pecuniária que se aplicará nos seguintes percentuais:
  - b.1) 5% (cinco por cento) do valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida;
  - b.2) 10% (dez por cento) do valor da proposta nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato, no prazo de validade da proposta;
  - b.3) 15% (quinze por cento) do valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;



b.4) 20% (vinte por cento) do valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação;

c) No âmbito do contrato, de caráter compensatório:

c.1) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

d) De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato:

d.1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 30 (trinta) dias corridos;

d.2) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional a critério do órgão contratante;

**14.3.** Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois (02) anos, conforme a autoridade competente fixar, em função da natureza da gravidade da falta cometida;

**14.4.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, previsto nas Leis Federais n.ºs 8.666/93, 10.520/00 e 12.462/11, pelo prazo de 5 (cinco) anos sem prejuízo às multas previstas no instrumento convocatório e/ou contrato;

**14.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ADJUDICATÁRIA ressarcir ao MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**14.6.** A penalidade estabelecida no parágrafo anterior é de competência exclusiva da Sr. Prefeito Municipal de São Fernando/RN, facultada a defesa da contratada no respectivo processo, no prazo de dez (10) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois (02) anos de sua aplicação.

**14.7.** O valor da multa referida no inciso II, desta Cláusula, será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na Secretaria Municipal de Transportes, Serviços e Mobilidade Urbana de São Fernando/RN em favor



da ADJUDICATÁRIA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário.

**14.8.** Declaração de inidoneidade é a penalidade imposta pelo Prefeito Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual, dos contratos e licitações regidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

## 15. DO PAGAMENTO

**15.1.** O pagamento dos serviços executados será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, mediante a apresentação à Secretaria Municipal de Finanças de São Fernando/RN de Nota fiscal/Fatura (em duas vias), correspondente à efetiva medição, atestada e aceita pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da ADJUDICATÁRIA.

**15.2.** A nota fiscal/fatura de que trata o subitem anterior deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, de certidões negativas que atestem a sua regularidade fiscal, dentro de seus respectivos prazos de validade.

**15.3.** À PMSF/RN é assegurado o direito de a qualquer momento exigir a apresentação de documentos complementares vinculados a execução do contrato, tais como: comprovação de pagamento de salários aos seus empregados de parcelas anteriormente pagas, recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS, além das demais certidões que atestem a condição de estar em dia quanto as obrigações fiscais e trabalhistas, condicionando o pagamento a apresentação da documentação.

## 16. RESTABELECIMENTO EQUILÍBRIO ECON. FINANCEIRO

**16.1.** O reajuste de preços nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei Federal n.º 8.666/93, somente poderá acontecer depois de doze meses contados da data da assinatura do contrato, e retrocederá à data limite para a apresentação da proposta comercial, e visará restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. Para este procedimento adotar-se-á o INCC-M, calculado pela Fundação Getúlio





Vargas, pesquisado no período entre a data limite para a apresentação da proposta de preços e a postulação do reajustamento.

16.2. A atualização financeira dar-se-á em decorrência de atrasos no pagamento da fatura, compreendidos do primeiro dia útil após da previsão contratual para o pagamento e a data que efetivamente vier ser confirmado. Em respeito ao art. 406, da Lei Federal n.º 10.406/04, os juros moratórios a serem aplicados por dia de atraso são de 0,03% (zero inteiro e três centésimos).

16.3. O reequilíbrio econômico-financeiro é permitido para atender a situações imprevisíveis como a instituição e/ou aumento de impostos e taxas, variação do dólar com influência direta na composição do preço do bem, etc., e poderá ser realizada a qualquer momento desde que comprovado o desequilíbrio. Não há fixação de índice para o restabelecimento do equilíbrio. Ele será equivalente ao desequilíbrio. Também não poderá ser apontado o desequilíbrio inflacionário quando o índice não atingir a marca de dois dígitos, resultado do somatório inflacionário entre a data limite para a apresentação da proposta comercial e o requerimento do reequilíbrio. Nos reequilíbrios subsequentes não serão admitidos o somatório dos índices já computabilizados.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**17.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Orçamento Geral do Município de São Fernando/RN, aprovado para o exercício de 2022, notadamente no elemento de despesa 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações, no Programa:

18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA

15.451.0058.1.114-CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PASSAGEIRO

4.4.90.51.00- OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE: 17010000-R\$ 62.672,36

## 18. DA NOTA DE EMPENHO

**18.1.** A PMSF/RN emitirá, oportunamente, Nota de Empenho na dotação orçamentária acima especificada para cobertura dos custos decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Edital.

## 19. DA VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO



**19.1.** O contrato decorrente do presente processo licitatório tem vigência a partir da data de sua assinatura prolongando por cento e cinquenta dias, permitida sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

**19.2.** O prazo de execução da obra, conforme previsão no Cronograma Físico-Financeiro, será de 120 (cento e vinte dias) contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

## 20. DAS INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

**20.1.** Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação, serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, no prédio sede da Prefeitura Municipal, na Rua Capitão João Florêncio, n.º 45, Centro, São Fernando/RN, das 08:00 às 12:00 horas, local onde existe uma cópia integral deste Edital. Para consulta, o telefone disponível é o (0xx84) 98169-3923.

## 21. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**21.1.** O contrato decorrente desta licitação relacionado aos quantitativos poderá ser alterado nas condições previstas no § 1.º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente.

## 22. DOS CASOS OMISSOS

**22.1.** Fica estabelecido que caso venhas ocorrer algum fato não previsto no contrato decorrente da presente licitação, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei Federal n.º 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**23.1.** À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como decidir quanto às dúvidas ou omissões.

**23.2.** Não serão admitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e propostas de preços, depois de apresentados, ressalvado o disposto no subitem 23.4.

**23.3.** A simples irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo e idoneidade do documento e/ou da proposta de preços, a critério da Comissão Permanente de Licitação, não será causa de inabilitação e desclassificação da empresa.

**23.4.** Poderão ser solicitadas de qualquer licitante informações documentos ou esclarecimentos complementares, a critério da Comissão Permanente de Licitação.

**23.5.** As licitantes deverão cumprir as recomendações deste Edital, uma vez que a inobservância de qualquer disposição dele constante, constitui motivo de invalidação irreversível de suas propostas de preços.

**23.6.** É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**23.7.** Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os licitantes desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

**23.8.** É parte integrante do presente Edital, o seguinte documento:  
ANEXO I – Minuta do contrato administrativo.



---

**CIRO DANTAS DE MEDEIROS**  
Presidente da CPL/PMSF/RN



Anexo I  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.ºXXXXX-\_\_\_\_\_

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN - PREFEITURA MUNICIPAL E, DO OUTRO, A EMPRESA .....

**O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN - PREFEITURA MUNICIPAL**, CNPJ 08.096.612/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GENILSON MEDEIROS MAIA, portador da Cédula de Identidade n.º 735.760 - SSP/RN e do CPF n.º 455.474.244-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º ....., com sede em ....., neste ato representada pelo ....., portador da Cédula de Identidade n.º ....., expedida pelo ....., CPF n.º ....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e de acordo com as formalidades constantes do Processo/PMSF/RN n.º 2022.01.0002, referente à TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022, resolvem celebrar o presente contrato administrativo sob a forma de execução indireta e o **regime de empreitada por preço unitário**, de conformidade com dispositivos instituídos pela Lei Federal n.º 8.666/93 (com suas alterações), e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula 1.<sup>a</sup> – DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

**Parágrafo único** – Em consideração as exigências da Resolução TCE/RN n.º 32/2016, c/c a Portaria n.º 001/2019, este Contrato terá como gestor e responsável pelo atesto de liquidação o senhor \_\_\_\_\_, Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_.





Responsável pelo certificado o senhor \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_ . Prazo para atesto de liquidação trinta dias úteis, tendo em vista tratar-se de despesa de valor mais elevado. Local para a entrega das notas fiscais ou faturas na Secretaria contratante.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup> - DO OBJETO CONTRATUAL**

**Parágrafo único** - Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços de engenharia para a edificação e/ou construção de dois abrigos de passageiros na cidade de São Fernando/RN, de acordo com as especificações técnicas e planilhas orçamentárias colacionadas a este procedimento.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup> - DOS PREÇOS CONTRATADOS**

**Parágrafo único** – O valor global do Contrato Administrativo é de R\$ XXXXX Nos preços já estão contidas todas as despesas com impostos, taxas, contribuições previdenciárias, fretes, mão-de-obra e encargos trabalhistas, etc.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - DO PAGAMENTO**

**Parágrafo primeiro** - O pagamento dos serviços executados será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, mediante a apresentação à Secretaria Municipal de Finanças de São Fernando/RN de Nota fiscal/Fatura (em duas vias), correspondente à efetiva medição, atestada e aceita pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da CONTRATADA.

**Parágrafo segundo** - A nota fiscal/fatura de que trata o subitem anterior deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, de certidões negativas que atestem a sua regularidade fiscal, dentro de seus respectivos prazos de validade.

**Parágrafo terceiro** - À Secretaria Municipal de Finanças de São Fernando/RN é assegurado o direito de a qualquer momento exigir a apresentação de documentos complementares vinculados a execução do contrato, tais como: comprovação de pagamento de salários aos seus empregados de parcelas anteriormente pagas, recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS, além das demais certidões que atestem a condição de estar em dia quanto as obrigações fiscais e trabalhistas, condicionando o pagamento a apresentação da documentação.



## **Cláusula 5.<sup>a</sup> – RESTABELEC. EQUILÍBRIO ECON. FINANCEIRO**

**Parágrafo primeiro** - O reajuste de preços nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei Federal n.º 8.666/93, somente poderá acontecer depois de doze meses contados da data da assinatura do contrato, e retrocederá à data limite para a apresentação da proposta comercial, e visará restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. Para este procedimento adotar-se-á o INCC-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, pesquisado no período entre a data limite para a apresentação da proposta de preços e a postulação do reajustamento.

**Parágrafo segundo** - A atualização financeira dar-se-á em decorrência de atrasos no pagamento da fatura, compreendidos do primeiro dia útil após da previsão contratual para o pagamento e a data que efetivamente vier ser confirmado. Em respeito ao art. 406, da Lei Federal n.º 10.406/04, os juros moratórios a serem aplicados por dia de atraso são de 0,03% (zero inteiro e três centésimos).

**Parágrafo terceiro** - O reequilíbrio econômico-financeiro é permitido para atender a situações imprevisíveis como a instituição e/ou aumento de impostos e taxas, variação do dólar com influência direta na composição do preço do bem, etc., e poderá ser realizada a qualquer momento desde que comprovado o desequilíbrio. Não há fixação de índice para o restabelecimento do equilíbrio. Ele será equivalente ao desequilíbrio. Também não poderá ser apontado o desequilíbrio inflacionário quando o índice não atingir a marca de dois dígitos, resultado do somatório inflacionário entre a data limite para a apresentação da proposta comercial e o requerimento do reequilíbrio. Nos reequilíbrios subsequentes não serão admitidos o somatório dos índices já computabilizados.

## **Cláusula 6.<sup>a</sup> - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo único** - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Orçamento Geral do Município de São Fernando/RN,



aprovado para o exercício de 2022, notadamente no elemento de despesa 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações, 18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA

15.451.0058.1.114-CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA PASSAGEIRO

**Cláusula 7.<sup>a</sup> - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**Parágrafo primeiro - Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

**I -** Efetuar o pagamento dos serviços executados de acordo com a forma convencionada neste Edital;

**II -** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato decorrente da presente licitação através de um representante especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

**III -** Fornecer à CONTRATADA, para a perfeita execução dos serviços contratados, todas as informações que forem solicitadas em prazo hábil para não atrasar a execução dos serviços;

**IV -** Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção;

**V -** Assegurar o livre acesso de pessoas credenciadas pela CONTRATADA, aos locais de execução dos serviços;

**VI -** Observar para que durante toda vigência do contrato decorrente deste procedimento sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;

**VII -** Determinar, quando for o caso, a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às suas determinações e recomendações, cabendo à CONTRATADA, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes;

**VIII -** Examinar, quando for o caso, as Carteiras Profissionais dos empregados contratados pela CONTRATADA, para comprovar o registro de função profissional, e bem como exigir a comprovação de pagamento de salários e contribuições previdenciárias e demais encargos sociais;

**IX -** Rejeitar, se for o caso, métodos e serviços inadequados ou exigir a retirada do local, de empregado ou encarregado que não esteja exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo à CONTRATADA



substituí-lo dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas. Em idênticas condições, poderá ser retirado do local onde estiver sendo executados os serviços, todo e qualquer material ou equipamento impugnado ou não aceito pela fiscalização.

**Parágrafo segundo** – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante (fiscal) do CONTRATANTE deverão ser solicitadas a Secretária Municipal de Infraestrutura, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo primeiro** – São obrigações da CONTRATADA:

**I** - Executar os serviços de acordo com a legislação e normas técnicas em vigor aplicáveis à espécie, observando, sempre, as recomendações, orientações, sugestões e determinações da CONTRATANTE;

**II** - Empregar na execução dos serviços pessoal preparado, legalizado, e, quando em serviço, uniformizado e limpo, portando ainda crachá de identificação;

**III** - Substituir qualquer empregado no caso de falta ou ausência legal de maneira a não prejudicar o andamento e boa execução dos serviços. Caso a substituição recaia sobre empregado com exigência de experiência profissional, o substituto terá de ter acervo técnico compatível com aquele apresentado na documentação de habilitação;

**IV** - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências legais para o exercício da atividade do objeto desta licitação;

**V** - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando a CONTRATANTE do resultado das inspeções;

**VI** - Providenciar junto às autoridades competentes, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE, a obtenção de licença, a autorização de funcionamento e alvará da atividade a que se propõe, se for o caso;

**VII** - Recrutar, preferencialmente no Município de São Fernando/RN, os empregados em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;





**VIII** - Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços contratados, por eventuais prejuízos causados direta ou indiretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados;

**IX** - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato decorrente do presente Edital, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito, da CONTRATANTE;

**X** - Apresentar, quando da entrega da fatura para pagamento dos serviços executados, certidões que atestem a sua regularidade fiscal, dentro de seus respectivos prazos de validade, e bem como os documentos que comprovem o pagamento de salários e o recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos sociais decorrentes deste contrato;

**XI** - Substituir sempre que exigido pela CONTRATANTE, o empregado da firma cuja permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para a CONTRATANTE, sem que lhe assista nenhum direito à indenização ou reclamação contra a Prefeitura Municipal de São Fernando;

**XII** - Registrar e controlar, juntamente com o preposto da CONTRATANTE, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

**XIII** - Manter, durante toda a execução do contrato decorrente da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**XIV** - Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

**XV** - Colocar na direção geral dos serviços, com presença permanente nesta, profissional qualificado, cuja nomeação ou eventual substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a CONTRATANTE, e por esta ser aprovada.

**XVI** - Aceitar, prontamente, quando solicitado pela CONTRATANTE, qualquer modificação ou permutação feita no horário de trabalho com a finalidade de melhor atender as conveniências e interesses da Administração;

**XVII** - Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério da CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**XVIII** - Dotar os locais de trabalho de equipamentos de proteção coletiva (DPCs) e fornecer, gratuitamente, aos empregados, equipamentos de proteção individual (EPIs), em perfeito estado de conservação e com



certificado de aprovação (CA), substituindo-os quando se deteriorarem, sem nenhum custo para os empregados, responsabilizando-se, ainda, pela sua higienização e manutenção periódica (NR 06);

**XIX** – Providenciar tão logo seja homologado o procedimento licitatório a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da Obra pelo mesmo profissional indicado na alínea “b”, inciso IV do subitem 4.1 do Edital;

**XX** – Abrir a inscrição da obra junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais relativas à obra;

**XXI** – Emitir comunicação de Acidente de Trabalho, enviando-a para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, quando ocorrer acidente de trabalho com seus empregados ou quando esses desenvolverem doenças ocupacionais, independentemente de haver ou não afastamento do trabalho;

**XXII** – Responsabilizar-se pela garantia dos serviços executados no que tange a sua solidez e segurança pelo prazo de cinco anos a partir do recebimento definitivo nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo segundo** - A garantia de que trata o inciso XXII implica na obrigação de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados nos termos do art. 69 da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c o art. 618 do Código Civil Brasileiro, considerando-se usos adequados para a respectiva via urbana.

**Parágrafo terceiro** - Por força do § 2º do art. 32, da Lei Federal n.º 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação no respectivo processo licitatório.

## **Cláusula 9.<sup>a</sup> - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**Parágrafo primeiro** - Como garantia da execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar perante a CONTRATANTE valor correspondente a 5% (cinco por cento) do contrato global, e poderá ser sob qualquer das hipóteses previstas no § 1.º do art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo segundo** – A CONTRATADA declara-se favorável a retenção da garantia por parte da CONTRATANTE para ressarcimento de



possíveis prejuízos e/ou pagamento de multas decorrentes da aplicação de sanções previstas no edital de convocação deste procedimento licitatório.

**Parágrafo terceiro** – No caso da garantia não ser suficiente para cobrir os prejuízos a CONTRATANTE ingressar em juízo cobrando a diferença.

**Parágrafo quarto** - A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada depois de certificado, pela CONTRATANTE, que o objeto do presente Contrato foi totalmente realizado a contento. Esta liberação não exime a CONTRATADA da responsabilidade versada no inciso XXII do subitem 13.1 c/c o subitem 13.2 do Edital de convocação deste procedimento licitatório.

**Parágrafo quinto** - A liberação da garantia será procedida no prazo máximo de dez (10) dias, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela CONTRATADA.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**Parágrafo único** – As alterações do presente contrato relacionadas aos quantitativos poderão ser realizadas nas condições previstas no § 1.º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**Parágrafo primeiro** - O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pelo CONTRATANTE, quando caracterizados os seguintes motivos:

- I** – não cumprimento das cláusulas contratuais;
- II** – cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- III** – lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a CONTRATANTE comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.
- IV** – paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- V** – desatendimento das determinações e orientações regulares da CONTRATANTE;
- VI** – cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, e;
- VII** – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE.



**Parágrafo segundo** – Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de trinta dias, para que este se manifeste, no prazo de cinco dias, a seu respeito.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - DA VINCULAÇÃO**

**Parágrafo único** - Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a Proposta da CONTRATADA e demais peças que constituem o Processo/PMSF/RN n.º 2022.01.0002, não podendo sob hipótese alguma a CONTRATADA alegar desconhecimento desta condição em juízo ou em negociações extrajudiciais.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - DAS PENALIDADES**

**Parágrafo primeiro** - As penalidades previstas nos arts. 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e também no art. 7.º da Lei Federal n.º 10.520/2000, a serem aplicadas à CONTRATADA, se resumem em:

1. Advertência;
2. Multa;
3. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município;
4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. Declaração de inidoneidade.

**Parágrafo segundo** - As penalidades acima serão aplicadas de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Advertência – aviso por escrito, emitido ao contratado pela inexecução total ou parcial do contrato e será expedida pelo Prefeito Municipal;
- b) Multa – sanção pecuniária que se aplicará nos seguintes percentuais:
  - b.1) 5% (cinco por cento) do valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida;
  - b.2) 10% (dez por cento) do valor da proposta nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato, no prazo de validade da proposta;
  - b.3) 15% (quinze por cento) do valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;





b.4) 20% (vinte por cento) do valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação;

c) No âmbito do contrato, de caráter compensatório:

c.1) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

d) De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato:

d.1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 30 (trinta) dias corridos;

d.2) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional a critério do órgão contratante;

**Parágrafo terceiro** - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a dois (02) anos, conforme a autoridade competente fixar, em função da natureza da gravidade da falta cometida;

**Parágrafo quarto** - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, previsto nas Leis Federais n.ºs 8.666/93, 10.520/00 e 12.462/11, pelo prazo de 5 (cinco) anos sem prejuízo às multas previstas no instrumento convocatório e/ou contrato;

**Parágrafo quinto** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo sexto** - A penalidade estabelecida no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal de São Fernando/RN, facultada a defesa da contratada no respectivo processo, no prazo de dez (10) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois (02) anos de sua aplicação.

**Parágrafo sétimo** - O valor da multa referida no inciso II, desta Cláusula, será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Secretaria Municipal de Infraestrutura de São Fernando/RN em favor da



CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário.

**Parágrafo oitavo** - Declaração de inidoneidade é a penalidade imposta pelo Prefeito Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual, dos contratos e licitações regidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**Parágrafo único** - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de cinco (05) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - DA VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO**

**Parágrafo primeiro** - O contrato decorrente do presente processo licitatório tem vigência a partir da data de sua assinatura prolongando por cento e cinquenta dias, permitida sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

**Parágrafo segundo** - O prazo para a execução dos serviços, conforme previsão constante no Cronograma Físico-Financeiro, será de 120 (cento e vinte) dias.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - DOS CASOS OMISSOS**

**Parágrafo único** - Fica estabelecido que caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitado o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei Federal n.º 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - DA PUBLICAÇÃO**

**Parágrafo único** - A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, nos termos do Parágrafo Único da Lei Federal n.º 8.666/93.



**Cláusula 18.<sup>a</sup> - DO FORO CONTRATUAL**

**Parágrafo único** - Fica eleito o foro da Comarca de São Fernando/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

São Fernando/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN  
GENILSON MEDEIROS MAIA  
Contratante

\_\_\_\_\_  
#####  
#####  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1<sup>a</sup>:

.....  
#####  
C.P.F.: #####

2<sup>a</sup>:

.....  
#####  
C.P.F.: #####



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

**PROJETOS DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO  
FERNANDO/RN**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**SÃO FERNANDO/RN**  
24/07/2021





**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

## ÍNDICE

1. OBJETIVO .....	3
2. PORPOSTA.....	4
3. LOCALIZAÇÃO E PARTICULARIDADES .....	5
3. GENERALIDADES .....	6
5. ESPEFICAÇÕES TÉCNICAS .....	7
6. APROVAÇÃO FINAL.....	11



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

### **1.0 – OBJETIVO**

O presente projeto da construção de dois abrigos de passageiros tem o objetivo de proporcionar conforto e bem-estar a toda população que necessita aguardar alternativas e embarcar com destino a cidades vizinhas, seja para estudar, trabalhar a negócios, entre outros.

Estes locais devem atender as necessidades mínimas da população, para se proteger das ações do tempo e clima da cidade de forma confortável e também requisitos de acessibilidade para todos os tipos de usuários do transporte coletivo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

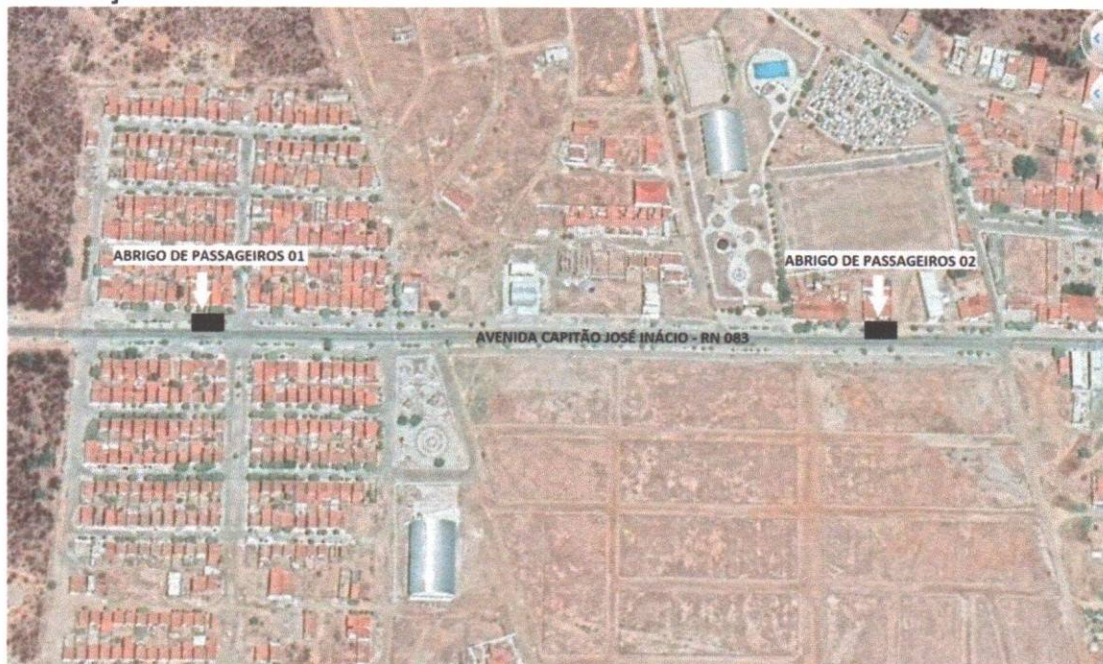
## **2.0 – PROPOSTA**

A população do município de São Fernando – RN utiliza diariamente o transporte alternativo para se deslocarem para cidades vizinhas, se fazendo assim necessário a construção de abrigos de passageiros.

### **3.0 – LOCALIZAÇÃO E PARTICULARIDADES**

O projeto é composto por 2 abrigos de passageiros localizado na Avenida Capitão José Inácio – RN 083, município de São Fernando -RN.

#### **Localização:**



#### **Coordenadas Geográficas:**

- **Abrigo de Passageiros 01:** 6°23'7.12"S / 37°11'16.15"O
- **Abrigo de Passageiros 02:** 6°22'52.25"S / 37°11'12.53"O





**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

**4.O GENERALIDADES:**

Estas especificações técnicas regulamentam o uso e a qualidade dos materiais e serviços a serem utilizados durante a execução das obras. Doravante, fica entendido que EMPREITEIRA é a empresa contratada para a execução da obra, ou seus prepostos; PREFEITURA é a responsável pela contratação dos serviços; FISCALIZAÇÃO é o Engenheiro ou qualquer outra pessoa designada pela PREFEITURA para fiscalizar a execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO terá poderes para embargar materiais, suspender procedimentos ou serviços que não estejam de acordo com essas especificações e indicar e/ou especificar materiais que foram explicitados neste documento.

A EMPREITEIRA dará preferência à contratação da mão de obra local naqueles serviços que não exijam alta especialização. Para a construção contratada, a EMPREITEIRA fornecerá todos os materiais e mão de obra, maquinário, ferramentas, equipamentos e acessórios, água, luz, força, transporte e o que mais necessário for para a perfeita execução e completo acabamento da obra já citada.

A EMPREITEIRA manterá na obra uma cópia da presente especificação, para orientação dos serviços. Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento do autor ou da PREFEITURA, mesmo que as alterações não influam no valor da obra;

É vedado à FISCALIZAÇÃO dar ordens diretas ao encarregado e aos operários. Estas deverão ser transmitidas diretamente a EMPREITEIRA ou seus prepostos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

## **5.0 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

### **5.1 SERVIÇOS PRELIMINARES:**

#### **Placa da Obra**

A Placa Indicativa da Obra, será afixada em local visível, confeccionada em chapa de aço galvanizado, pintada com esmalte sintético e sua estrutura de sustentação será em madeira de lei tipo pontalete de 3" x 3", com dimensões de 3,20m x 2,00m. A placa terá informações referentes a obra, definidas pela Prefeitura Municipal, de acordo modelo desta prefeitura.

#### **Locação de Obra**

Tendo em vista a construção de novos banheiros, haverá necessidade de se fazer a locação da obra. Os alinhamentos deverão ser locados em obediência às dimensões constantes do Projeto Arquitetônico. Deverão ser usadas tábuas de largura mínima de 0,20m e arame recozido 18 para a marcação dos eixos das alvenarias e outros limites.

De uma forma geral, a locação será feita sempre pelos eixos ou faces de paredes ou de elementos construtivos (ex: pilares), com marcação nas tábuas ou sarrafos dos quadros que envolvem todo o perímetro da obra, por meio de cortes na madeira e pregos.

As tábuas dos referidos quadros devem estar nivelados e fixados de tal forma que resistam à tensão dos fios, de modo a evitar oscilação, para manter a posição correta permanentemente. É muito importante conferir o esquadro do gabarito de madeira.

### **5.2 MOVIMENTO DE TERRA**

As valas das fundações a serem construídos possuíram (0,70m x 0,70 x 0,35 m / 0,75 x 0,70 x 0,25 m / 0,60 x 0,60 x 0,40 m / 0,65 x 0,60 x 0,35 m.

As valas das vigas baldrames possuem as seguintes dimensões: 0,20 x 0,50 m.

### **5.3 FUNDAÇÕES**

As fundações serão executadas com aço CA-50  $\Phi$  8.0mm e CA-50  $\Phi$  10.0mm e concreto com FCK= 25MPa, traço 1:2,6:1,9 (cimento/areia média/ brita 1) – Preparo mecânico com betoneira.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31 – Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

Embasamento c/ pedra argamassada

A fundação das paredes que serão edificadas será executada em alvenaria de pedra argamassada, utilizando-se pedra granítica da região, cujo assentamento será feito com argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:4.

#### **5.4 ESTRUTURA**

##### **Concreto armado p/ pilar e viga**

Deverá ser executado nas dimensões e armaduras de acordo com o projeto estrutural. O recobrimento do concreto deverá possuir espessura mínima de 2,5cm e possuir resistência característica de 25MPa.

Qualquer armadura terá cobrimento de concreto nunca menor que 2,50cm. Para garantia do cobrimento mínimo, deverão ser utilizados distanciadores plásticos ou pastilhas de concreto (cocadas) com espessuras iguais ao cobrimento previsto. A resistência do concreto das pastilhas deverá ser igual ou superior à do concreto das peças às quais serão incorporadas.

Para manter o posicionamento da armadura durante as operações de montagem, lançamento e adensamento do concreto, garantindo o cobrimento mínimo preconizado, deverão ser utilizados espaçadores e fixadores. Estes dispositivos serão totalmente envolvidos pelo concreto, de modo a não provocarem manchas ou deterioração nas superfícies externas.

Os agregados, tanto miúdos quanto graúdos, deverão obedecer às especificações técnicas quanto às características e ensaios. Deve-se usar pedra e areia limpas (sem argila ou barro), sem materiais orgânicos (raízes, folhas, gravetos, etc.) e sem grãos que esfrelam quando apertados entre os dedos.

A água usada no amassamento do concreto deve ser limpa e isenta de siltes, sais, álcalis, ácidos, matéria orgânica ou qualquer outra substância prejudicial à mistura. Em princípio, deverá ser água potável. Sempre que se suspeitar de que a água disponível possa conter substâncias prejudiciais, deverão ser providenciadas análises físico-químicas;

É muito importante que a quantidade de água da mistura esteja correta. Tanto o excesso quanto a falta são prejudiciais ao concreto: o excesso de água diminui a resistência, enquanto a falta deixa o concreto cheio de vazios (brocas ou bicheiras).

#### **5.5 ALVENARIA**

##### **Alvenaria de vedação**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

Deverá ser executado em tijolos cerâmicos de 8 furos com dimensões de 9x19x19cm, na modalidade de  $\frac{1}{2}$  vez, assentes com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

Recomenda-se que encunhamento (fechamento / aperto) da alvenaria seja executado uma semana após o assentamento dos tijolos, pois, durante a cura da argamassa, ocorre uma pequena redução em suas dimensões. O fechamento / aperto da alvenaria é feito com tijolos maciços assentados em pé, um pouco inclinados, firmando um bom encunhamento da parede contra viga ou laje.

Deve-se começar a execução das paredes pelos cantos, assentando os tijolos em amarração. Durante toda a execução, o nível e o prumo de cada fiada deve ser verificado.

#### **Cobogó de concreto**

Deverão ser colocados elementos vazados nos banheiros novos, afim de proporcionar a ventilação do banheiro. Todos os novos elementos vazados devem ser assentados com argamassa traço 1:4 (cimento e areia) e ter dimensões de 40cm x 40cm.

#### **5.6 COBERTURA**

A principal finalidade da cobertura de uma edificação é abrigá-la das intempéries, devendo possuir propriedades isolantes.

São características da cobertura, entre outras, a sua impermeabilidade, inalterabilidade quanto à forma e peso, facilidade de colocação e manutenção, secagem rápida, bom escoamento, dilatações e contrações, além de uma longa vida útil.

**MATERIAL:** A cobertura será composta com laje, barrotes e telhas de fibrocimento.

#### **5.7 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Será colocado 1 poste de aço contínuo curvo simples com H= 9m, com luminária interligada a placa de energia solar.

#### **5.8 REVESTIMENTO DE PISO**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31 – Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

O piso será executado com piso intertravado, com bloco retangular de 20 x 10 cm, e espessura de 6 cm

## **5.9 REVESTIMENTOS DE PAREDE**

### **Chapisco**

Todas as paredes deverão ser chapiscadas, utilizando-se para tal, argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e espessura de 5 mm.

### **Massa Única / Emboço**

Sobre o chapisco de base descrito no item anterior, deverá ser aplicado reboco ou emboço, fazendo uso do traço 1:2:8 de cimento, cal e areia com espessura de 10mm.

## **5.10 EQUIPAMENTOS**

Os bancos serão feitos com sua base em concreto e assento de madeira, como detalhado em projeto.

A placa de sinalização será em aço com  $d=0,60$  m com película retrorrefletiva.

## **5.12 PINTURA E ACABAMENTOS**

Nas alvenarias serão aplicados de forma manual acabamentos com massa acrílica e textura acrílica.

Cabe a pintura o acabamento final da construção. Ela deve, pois, ser bem planejada e executada.

A pintura deverá ser executada com perfeito acabamento, obedecendo a todas as etapas recomendadas pelos fabricantes das tintas, de forma a cobrir toda a superfície. Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade e a pintura será feita com as demãos especificadas nos itens orçamentários, obedecendo aos intervalos estabelecidos pelos fabricantes.

## **5.13 DIVERSOS**

Após a conclusão de todos os serviços, será procedida a limpeza final da obra, utilizando-se os diversos produtos conforme a aplicação individual de cada acabamento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
CNPJ- 08.096.612/0001-31– Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

Deverão ser completamente removidos da obra todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios;

Deverá ser realizada a remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção. Todos os acessos devem ser cuidadosamente varridos;

A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas;

Deverão ser cuidadosamente removidas as manchas e salpicos de tinta de todas as partes e componentes da edificação, dando-se especial atenção, caso exista, à limpeza dos vidros, ferragens, esquadrias, luminárias, peças e metais sanitários;

#### **6.0 APROVAÇÃO FINAL**

- A obra deverá ser executada no período de 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.
- São de inteira responsabilidade da EMPREITEIRA, a manutenção e integridade dos serviços executados até o final da obra (Entrega da Obra).
- Deverá ser realizada uma cuidadosa verificação (REVISÃO) em toda a obra, observando as condições de estabilidade e funcionamento, se necessário for deverá ser feito as devidas reparações.
- Após a aprovação dos serviços (obra) por parte da FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA será expedido um termo provisório de recebimento de obra, ficando a EMPREITEIRA sujeito à responsabilidade que a legislação preconiza.

SÃO FERNANDO/RN, 24 DE JULHO DE 2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**

CNPJ- 08.096.612/0001-31- Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro

**ANDRE LUIS**

Assinado de forma  
digital por ANDRE

**DE MEDEIROS**

LUIS DE MEDEIROS

**SILVA:1039267**

SILVA:10392678403

**8403**

Dados: 2021.08.10

20:17:48 -03'00'

---

**André Luís de Medeiros Silva**

**Engenheiro Civil**

**CREA: 2117690351**





# PROJETO BÁSICO

## 1. DEFINIÇÃO

Este Projeto Básico tem por objetivo juntar elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar os serviços objeto do procedimento licitatório que tem por escopo a contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para executar obras civis na edificação e/ou construção de dois abrigos de passageiros, em São Fernando/RN, na conformidade com as especificações constantes no Memorial Descritivo e nos Projetos técnicos em anexo, que são partes integrantes deste Projeto Básico.

## 2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente Projeto Básico fornece uma visão global dos serviços, identificando, com clareza, todos os seus elementos constitutivos, como também apresenta soluções técnicas globais, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante a execução dos supracitados serviços.

Nota-se que os serviços a serem executados, bem assim, os materiais e equipamentos a serem utilizados nos serviços, são identificados com bastante clareza, de maneira que se verifica, também, recomendações técnicas que asseguram melhores resultados para a execução dos serviços em si.

Além disso, infere-se do presente trabalho informações que possibilita o estudo e a dedução de métodos construtivos, meios e condições organizacionais para a boa execução dos serviços, sem que,





com isso, prejudique o caráter competitivo que a modalidade licitatória requer.

Finalmente, depreende-se deste Projeto subsídios para montagem do plano de licitação e gestão dos serviços, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e, por fim, orçamento detalhado do custo global da contratação, fundamentado em quantitativos de serviços.

### 3. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Caberá ao Município de São Fernando – Prefeitura Municipal, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, através de um representante legal da PMSF/RN especialmente designado para esse fim, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Caberá ao representante da PMSF/RN anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato decorrente do presente procedimento, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Secretário Municipal de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana, em tempo hábil, para adoção de medidas convenientes.

Os serviços não aprovados pela fiscalização ou que se apresentarem defeituosos em sua execução, serão desfeitos e corrigidos por conta exclusiva da ADJUDICATÁRIA.

Quaisquer materiais e equipamentos a serem empregados, pela ADJUDICATÁRIA, na execução dos serviços em questão, deverão satisfazer às especificações constantes do presente Projeto Básico, bem



como ao que estabelece a Planilha Orçamentária e serão submetidos ao prévio exame da fiscalização, antes de seu emprego por parte da ADJUDICATÁRIA.

A fiscalização fornecerá a ADJUDICATÁRIA a especificação de qualquer serviço aqui não especificado, quando julgar necessário.

Caberá à fiscalização, entre outras atribuições, verificar o andamento dos serviços de acordo com as especificações técnicas e outras diretrizes da Secretaria Municipal Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana, elaborar os relatórios, emitir atestados de anuência ou reprimendas dos serviços executados, como também:

I - notificar, por escrito, à ADJUDICATÁRIA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção;

II - proporcionar todas as facilidades para que a ADJUDICATÁRIA possa desempenhar os serviços, objeto deste Projeto Básico, dentro das condições pactuadas;

III - assegurar o livre acesso de pessoas credenciadas pela ADJUDICATÁRIA, aos locais de execução dos serviços;

IV - observar para que durante toda vigência do contrato decorrente deste procedimento sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;

V - determinar, quando for o caso, a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às suas determinações e recomendações, cabendo à ADJUDICATÁRIA, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes;





VI - examinar, quando for o caso, as Carteiras Profissionais dos empregados contratados pela ADJUDICATÁRIA, para comprovar o registro de função profissional;

VII - rejeitar, se for o caso, métodos e serviços inadequados ou exigir a retirada do local, de empregado ou encarregado que não esteja exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo à ADJUDICATÁRIA substituí-lo dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas. Em idênticas condições, poderá ser retirado do local onde estiver sendo executados os serviços, todo e qualquer material ou equipamento impugnado ou não aceito pela fiscalização.

#### 4. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O pagamento dos serviços executados será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, mediante a apresentação à Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana de São Fernando/RN de Nota Fiscal/Fatura (em duas vias), correspondente à efetiva medição, atestada e aceita pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta de ADJUDICATÁRIA.

Por ocasião dos pagamentos deverá a ADJUDICATÁRIA apresentar, quando da entrega da fatura para pagamento dos serviços executados, a documentação que comprove a sua regularidade fiscal, referente ao mês em que foram executados os serviços.

#### 5. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA



Na execução da obra objeto do presente Projeto Básico, envidará a ADJUDICATÁRIA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

**I** - Executar os serviços de acordo com a legislação e normas técnicas em vigor aplicáveis à espécie, observando, sempre, as recomendações, orientações, sugestões e determinações da PMSF/RN;

**II** - Empregar na execução dos serviços pessoal preparado, legalizado, e, quando em serviço, uniformizado e limpo, portando ainda crachá de identificação;

**III** - Substituir qualquer empregado no caso de falta ou ausência legal de maneira a não prejudicar o andamento e boa execução dos serviços;

**IV** - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências legais para o exercício da atividade do objeto desta licitação;

**V** - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando a PMSF/RN do resultado das inspeções;

**VI** - Providenciar junto às autoridades competentes, sem nenhum ônus adicional para a PMSF/RN, a obtenção de licença, a autorização de funcionamento e alvará da atividade a que se propõe, se for o caso;

**VII** - Recrutar, preferencialmente no Município de São Fernando/RN, os empregados em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer ônus para PMSF/RN, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;





**VIII** - Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços contratados, por eventuais prejuízos causados direta ou indiretamente a PMSF/RN ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados;

**IX** - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato decorrente do presente Edital, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito, da PMSF/RN;

**X** - Apresentar, quando da entrega da fatura para pagamento dos serviços executados, certidões que atestem a sua regularidade fiscal, dentro de seus respectivos prazos de validade;

**XI** - Substituir sempre que exigido pela PMSF/RN, o empregado da firma cuja permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para a PMSF/RN, sem que lhe assista nenhum direito à indenização ou reclamação contra a Prefeitura Municipal de São Fernando;

**XII** - Registrar e controlar, juntamente com o preposto da PMSF/RN, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

**XIII** - Manter, durante toda a execução do contrato decorrente da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**XIV** - Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PMSF/RN e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

**XV** - Colocar na direção geral dos serviços, com presença permanente nesta, profissional qualificado, cuja nomeação ou eventual substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a PMSF/RN, e por esta ser aprovada.



**XVI** – Aceitar, prontamente, quando solicitado pela PMSF/RN, qualquer modificação ou permutação feita no horário de trabalho, com a finalidade de melhor atender as conveniências e interesses da Administração;

**XVII** – Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério da PMSF/RN, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**XVIII** – Dotar os locais de trabalho de equipamentos de proteção coletiva (DPCs) e fornecer, gratuitamente, aos empregados, equipamentos de proteção individual (EPIs), em perfeito estado de conservação e com certificado de aprovação (CA), substituindo-os quando se deteriorarem, sem nenhum custo para os empregados, responsabilizando-se, ainda, pela sua higienização e manutenção periódica (NR 06);

**XIX** – Providenciar tão logo seja homologado o procedimento licitatório a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da Obra pelo mesmo profissional indicado na alínea “b”, inciso IV do subitem 4.1 do Edital;

**XX** – Abrir a inscrição da obra junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais relativas à obra;

**XXI** – Emitir comunicação de Acidente de Trabalho, enviando-a para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, quando ocorrer acidente de trabalho com seus empregados ou quando esses desenvolverem doenças ocupacionais, independentemente de haver ou não afastamento do trabalho;

**XXII** – Responsabilizar-se pela garantia dos serviços executados no que tange a sua solidez e segurança pelo prazo de cinco anos a partir do recebimento definitivo nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei Federal n.º 8.666/93.

A garantia de que trata o inciso XXII implica na obrigação de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados nos





termos do art. 69 da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c o art. 618 do Código Civil Brasileiro, considerando-se usos adequados para a respectiva via urbana.

## 6. CUSTO GLOBAL DOS SERVIÇOS - ESTIMATIVA

Os serviços objeto do presente Projeto Básico estão, consoante Planilhas Orçamentárias adiante colacionadas baseadas em preços de mercado, estimados em R\$ 62.672,36 (Sessenta e Dois Mil, Seiscentos e Setenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos).

O valor acima estimado passa a servir de limite máximo para aceitação da proposta de preços por parte da Comissão Permanente de Licitação, mesmo que, eventualmente, tenha apenas um licitante.

## 7. DISPOSIÇÕES GERAIS

As especificações técnicas juntamente com os Memoriais Descritivos, as Planilhas Orçamentárias e as Plantas dos projetos arquitetônico, encontram-se apensados a este Projeto Básico.

São Fernando/RN, 02 de janeiro de 2022.

**KLEDY GARCIA BEZERRA**

Secretário Mun. de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana



**MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**  
**COMPOSIÇÃO**

**OBRA:** CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO

**LOCAL:** SÃO FERNANDO/ RN

**DATA DE ELABORAÇÃO:** 09/07/2021

**BDI=** 21,00%

**DATA BASE:** 05/2021 NÃO DESONERADO

**COMPOSIÇÃO 01**

<b>COMPOSIÇÃO 01</b>	<b>BANCO DE MADEIRA C/ASSENTO FIXADO EM CONCRETO</b>	<b>DESCRIÇÃO SUBITEM</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ORIGEM PREÇO</b>	<b>COEF.</b>	<b>PREÇO UNIT.</b>	<b>CUSTO</b>
<b>CÓDIGO</b>							
11977		CHUMBADOR DE AÇO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	Und	SINAPI	8,00	R\$ 8,67	R\$ 69,36
SEINFRA		PRANCHA DE MADEIRA MAÇARANDUBA (2,15X0,20X0,05)m	und		3,60	R\$ 112,50	R\$ 405,00
11963		PARAFUSO DE AÇO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	und	SINAPI	7,65	R\$ 0,06	R\$ 0,46
102223		PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M <sup>2</sup>	SINAPI	3,10	R\$ 20,47	R\$ 63,46
SEINFRA		CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	M <sup>3</sup>		0,21	R\$ 420,69	R\$ 88,34
92873		LANÇAMENTO COM USO DE BALDE, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO	M <sup>3</sup>	SINAPI	0,21	R\$ 138,27	R\$ 29,04
6212		TABUA 2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	SINAPI	4,00	10,01	R\$ 40,04
SEINFRA		CHAPA COMPENSADO PLASTIFICADO 12MM (1.22 X 2.44M)	M <sup>2</sup>		0,52	29,57	R\$ 15,38
5061		PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA	und	SINAPI	0,50	17,37	R\$ 8,69
88262		CARPINTEIRO DE FORMA	H	SINAPI	8,00	15,53	R\$ 124,24
88261		CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS	H	SINAPI	24,00	16,22	R\$ 389,28
88309		PEDREIRO	H	SINAPI	8,00	16,4	R\$ 131,20
88316		SERVENTE	H	SINAPI	8,00	13,81	R\$ 110,48
		<b>EQUIPAMENTO</b>					
		<b>MATERIAL</b>					R\$ 719,76
		<b>MÃO DE OBRA:</b>					R\$ 755,20
		<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ 1.474,96</b>



COMPOSIÇÃO 02						
COMPOSIÇÃO 03	LUMINÁRIA SOLAR LED 200W PARA POSTE( INCLUSO 1 LUMINÁRIA SOLAR, 1 PAINEL SOLAR E 1 KIT DE FIXAÇÃO E INTALAÇÃO EM POSTE)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO SUBITEM	UNIDADE	ORIGEM PREÇO	COEF.	PREÇO UNIT.	CUSTO
MERCADO	LUMINÁRIA SOLAR LED 200W PARA POSTE( INCLUSO 1 LUMINÁRIA SOLAR, 1 PAINEL SOLAR E 1 KIT DE FIXAÇÃO E INTALAÇÃO EM POSTE)	UND	COLETADO	1,00	R\$ 622,74	R\$ 622,74
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	SINAPI	4,00	21,66	R\$ 86,64
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	SINAPI	4,00	16,58	R\$ 66,32
	EQUIPAMENTO					R\$ 622,74
	MATERIAL					
	MÃO DE OBRA:					R\$ 152,96
					TOTAL:	R\$ 775,70

ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SILVA  
 ENGENHEIRO CIVIL  
 CREA: 2117690351

ANDRE LUIS Assinado de forma digital por ANDRE DE MEDEIROS LUIS DE MEDEIROS SILVA:103926 78403  
 Dados: 2021.08.16 09:14:37 -03'00'



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO – CNPJ- 08.096.612/0001-31  
Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro- São Fernando

CONVENIO	PROponente / Tomador MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO
----------	---

OBJETO CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO
---

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO Construção e Reforma de Edifícios	DESONERAÇÃO NÃO
---	--------------------

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	70,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,14%	-	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	-	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	-	97,00%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	0,59%	-	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	6,16%	-	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,50%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
<b>BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)</b>	<b>BDI PAD</b>	<b>21,00%</b>	<b>OK</b>	20,34%	22,12%	25,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção e Reforma de Edifícios, é de 70%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

SÃO FERNANDO/RN

Local

04 de Agosto de 2021

Data

Responsável Técnico

Nome: André Luís de Medeiros Silva

Título: Engenheiro Civil

CREA/CAU: CREA 2117690351

ART/RRT: RN20200345013

ANDRE LUIS DE  
MEDEIROS  
SILVA:10392678403

Assinado de forma digital por  
ANDRE LUIS DE MEDEIROS  
SILVA:10392678403  
Dados: 2021.08.10 20:09:53  
-03'00'



**MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**  
**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**



OBRA: CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIRO NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO - RN

LOCAL: SÃO FERNANDO/RN

DATA DE ELABORAÇÃO: 25/01/2021

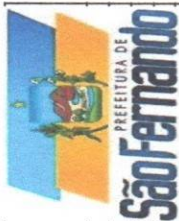
BDI= 21,00%

DATA BASE: 05/2021 NÃO DESONERADO

ITEM	FRENTES DE OBRA	VALOR	%	PARCELAS											
				30 DIAS	%	60 DIAS	%	90 DIAS	%	120 DIAS	%	TOTAL			
1	FRENTE DE OBRA 01	R\$ 17.987,59	28,70%	R\$ 17.987,59	100%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 17.987,59	100%
	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 4.110,92													
	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 338,27													
	ALVENARIA	R\$ 3.337,98													
	SUPERESTRUTURA	R\$ 10.200,42													
2	FRENTE DE OBRA 02	R\$ 13.348,59	21,30%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 13.348,59	100%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 13.348,59	100%
	PISO	R\$ 2.196,10													
	REVESTIMENTOS	R\$ 998,82													
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 2.998,64													
	EQUIPAMENTOS	R\$ 3.748,00													
3	COBERTURA	R\$ 2.255,80													
	PINTURA E ACABAMENTOS	R\$ 1.151,23													
	FRENTE DE OBRA 03	R\$ 17.987,59	28,70%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 17.987,59	100%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 17.987,59	100%
	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 4.110,92													
	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 338,27													
ALVENARIA	R\$ 3.337,98														
SUPERESTRUTURA	R\$ 10.200,42														
4	FRENTE DE OBRA 04	R\$ 13.348,59	21,30%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 13.348,59	100%	R\$ 13.348,59	100%
	PISO	R\$ 2.196,10													
	REVESTIMENTOS	R\$ 998,82													
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 2.998,64													
	EQUIPAMENTOS	R\$ 3.748,00													
TOTAL=	COBERTURA	R\$ 2.255,80													
	PINTURA E ACABAMENTOS	R\$ 1.151,23													
TOTAL=		R\$ 62.672,36	100,00%	R\$ 17.987,59		R\$ 13.348,59		R\$ 17.987,59		R\$ 13.348,59		R\$ 17.987,59		R\$ 62.672,36	

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA  
 ENGENHEIRO CIVIL  
 CREA: 2117690351

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS  
 Assinado de forma digital por ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS  
 SILVA:10392678  
 Dados: 2021.08.16 09:14:15 -03'00'



**MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

OBRA: CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO

LOCAL: SÃO FERNANDO - RN

DATA DE ELABORAÇÃO: 09/07/2021

BDI= 21,00%

DATA BASE: 05/2021. NÃO DESONERADO

MEMÓRIA DE CÁLCULO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ÍTEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO SUBITEM
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO
		1.3	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M. - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018
		2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATÁ, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017
2	MOVIMENTO DE TERRA	2.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017
		2.3	ATERRO MAJUAL DE VALA COM SOLO ARGILLO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016
		3.1	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CERÂMICA, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020
3	ALVENARIA	3.2	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M <sup>2</sup> X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M <sup>2</sup> SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014
		3.3	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CERÂMICA (COBOGÓ) DE 7X20X20CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020
4	REVESTIMENTOS	4.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014
		4.2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8. PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014
5	PISOS	5.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015
		5.2	PISO PODOTÁTIL, DIRECIONAL OU ALERTA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020
6		6.1	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGAS: ESCORAMENTO METÁLICO, PE DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020
		6.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M <sup>2</sup> . PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020
		6.3	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017

REFERÊNCIA DE CÁLCULO	UNIDADE	QUANTIDADE
3,20*2	M <sup>2</sup>	6,4
6+4,5+6+4,5	M	21
(0,7*0,7+0,7*0,6+0,6*0,6+0,6*0,65)*0,30	M <sup>3</sup>	0,53
(5,28+2,50+5,28+2,50)*0,20*0,50	M <sup>3</sup>	1,56
(6*4,50)*0,1	M <sup>3</sup>	2,70
(5,28+2,50+5,28+2,50)*0,40*0,20+((0,75+4,50+6+6,50)*0,3*0,2)	M <sup>3</sup>	2,31
(0,60*2,60)+(0,80*2,60)+(0,50*1,5)+(0,30*2,60)+(0,90*2,60)+(6+6+3,40+3,40)*0,75	M <sup>2</sup>	21,61
1,50*2,60	M <sup>2</sup>	3,90
21,61*2	M <sup>2</sup>	43,22
21,61*2	M <sup>2</sup>	43,22
25,15	M <sup>2</sup>	25,15
3,95	M <sup>2</sup>	3,95
(5,8+3+5,8+3)*(0,15+0,40+0,15+0,40)/6	M <sup>2</sup>	3,22
((0,20+0,20+0,25+0,25)+(0,20+0,20+0,25+0,25)+(0,20*4)+(0,20*4))*3,35/10	M <sup>2</sup>	1,14
((0,7*0,7)+(2,8*0,35))+((0,7*0,7)+(0,7+0,75+0,75)*0,25)+(0,6*0,6)+(0,6*4*0,4	M <sup>2</sup>	1,62



6	SURPEESTRUTURA	6.4	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	(5,28+5,28+2,5+2,5)*(0,20+0,20+0,20)	M²	9,34
		6.5	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM-MONTAGEM. AF_06/2017	24,70+12,20	KG	36,90
		6.6	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	(4,20+22,30+9,50)	KG	36,00
		6.7	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8.0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	36,5	KG	36,50
		6.8	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10.0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	57,4	KG	57,40
		6.9	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12.0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	39,5	KG	39,50
		6.10	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRIBO CONTÍNUO HELICOIDAL. AF_10/2016	15,70+44,50+4,60+1,20	KG	66,00
		6.11	LAJE PRE MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIPOIADA, PARA FORRO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO +CAPA)= (8+3). AF_11/2020	3,40*6	M²	20,40
		6.12	CONCRETO FCK=25 MPA, TRACO 1:2, 6:1, 9 (EM MASSA SECA DE CIMENTO, AREIA MÉDIA /BRITA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 600L. AF_05/2021	0,74+2,48+0,68+0,27	M³	4,17
		6.13	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	0,74+2,48+0,68+0,27	M³	4,17
7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7.1	POSTE DE AÇO CONICO CONTÍNUO CURVO SIMPLES, ENGASTADO, H=9M, INCLUSIVE LUMINÁRIA, SEM LÂMPADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	1	UND	1
		7.2	LUMINÁRIA SOLAR LED 200W PARA POSTE( INCLUSO 1 LUMINÁRIA SOLAR, 1 PAINEL SOLAR E 1 KIT DE FIXAÇÃO E INTALAÇÃO EM POSTE)	1	UND	1
8	EQUIPAMENTOS	8.1	BANCO DE MADEIRA COM ASSENTO FIXADO EM CONCRETO	2	UND	2
		8.2	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D=0,60 M - PELÍCULA RETROREFLETIVA TIPO I + S1	1	UND	1
9	COBERTURA	9.1	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE IÇAMENTO. AF_07/2019	3,40*6	M²	20,4
		9.2	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTO POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ DUAS ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA, OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	3,40*6	M²	20,4
		9.3	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	6	M	6
		10.1	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	(21,61*2)+(2,4+0,36)*2	M²	48,74
10	PINTURA	10.2	PINTURA EM VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	((1,60*0,40*2)+(0,05*1,60*2))*2	M²	2,88
		10.3	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNA DE SACADA E EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA DEMÃO. AF_05/2017	43,22-3,12	M²	40,1
		10.4	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_09/2016	(0,60*2,60)*2	M²	3,12

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA: 2117690351

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA  
Assinado de forma digital por ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403  
Dados: 2021.08.10 20:11:18 -03'00'

**MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**



**OBRA:** CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO

**LOCAL:** SÃO FERNANDO - RN

**DATA DE ELABORAÇÃO:** 09/07/2021

**BDI=** 21,00%

**DATA BASE:** 05/2021 NÃO DESONERADO

ORÇAMENTO GERAL						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	PREÇO		VALOR TOTAL COM BDI
				SEM BDI	COM BDI	
ORÇAMENTO GERAL						
1.1	ABRIGO DE PASSAGEIRO	UND	2	R\$ 25.897,66	R\$ 31.336,18	R\$ 62.672,36
				VALOR TOTAL=		R\$ 62.672,36

O PRESENTE ORÇAMENTO IMPORTA NO VALOR DE R\$ 62.672,36 (SESSENTA E DOIS MIL SEISSENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS )

\_\_\_\_\_  
**ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SILVA**  
 ENGENHEIRO CIVIL  
 CREA: 2117690351

**ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403**  
**78403**

Assinado de forma digital por ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403  
 Dados: 2021.08.16 09:14:53 -03'00'





**MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**



OBRA: CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO

LOCAL: SÃO FERNANDO - RN

DATA DE ELABORAÇÃO: 09/07/2021

BDI= 21,00%

DATA BASE: 09/2021 NÃO DESONERADO

ITEM	CODIGO	TABELA 026 - SEINFRA OU CAERN DESONERADO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	PREÇO		VALOR TOTAL COM BDI
						SEM BDI	COM BDI	
<b>ORÇAMENTO SIMPLIFICADO - ABRIGO DE PASSAGEIROS</b>								
<b>ORÇAMENTO</b>								
<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>								
1.0								<b>R\$ 4.110,92</b>
1.2	74209/1	CAERN	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	6,4	R\$ 385,23	R\$ 466,13	R\$ 2.983,22
1.3	SINPI 99059		LOGCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018	M	21,00	R\$ 44,38	R\$ 53,70	R\$ 1.127,70
<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>								
2.0								<b>R\$ 338,27</b>
2.1	SINAPI 96523		ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	M³	0,53	R\$ 68,44	R\$ 82,81	R\$ 43,89
2.2	SINAPI 96527		ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	M³	1,56	R\$ 89,98	R\$ 108,88	R\$ 169,42
2.3	SINAPI 94319		ATERRO MAUAL DE VALA COM SOLO ARGILLO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	2,70	R\$ 38,25	R\$ 46,28	R\$ 124,96
<b>ALVENARIA</b>								
3.0								<b>R\$ 3.337,98</b>
3.1	SINAPI 101166		ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CERÂMICA, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	2,31	R\$ 468,97	R\$ 567,45	R\$ 1.310,70
3.2	SINAPI 87503		ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M²X19CM (ESPESURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M²SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M²	21,61	R\$ 57,52	R\$ 69,60	R\$ 1.504,06
3.3	SINAPI 101162		ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CERÂMICA (COBOGÓ) DE 7X20X20CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M²	3,90	R\$ 110,88	R\$ 134,16	R\$ 523,22
<b>REVESTIMENTOS</b>								
4.0								<b>R\$ 998,82</b>
4.1	SINAPI 87879		CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M²	43,22	R\$ 3,03	R\$ 3,67	R\$ 158,62
4.2	SINAPI 87547		MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	43,22	R\$ 16,07	R\$ 19,44	R\$ 840,20
<b>PISOS</b>								
5.0								<b>R\$ 2.196,10</b>
5.1	SINAPI 92396		EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM. AF_12/2015	M²	25,15	R\$ 51,36	R\$ 62,15	R\$ 1.563,07
5.2	SINAPI 101094		PISO PODOATIL, DIRECIONAL OU ALERTA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M²	3,95	R\$ 132,45	R\$ 160,26	R\$ 633,03
<b>SUPERESTRUTURA</b>								
6.0								<b>R\$ 10.200,42</b>
6.1	SINAPI 92460		MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGAS, ESCORAMENTO METÁLICO, PÉ DIRETO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	3,22	R\$ 76,39	R\$ 92,43	R\$ 297,62
6.2	SINAPI 92433		MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIRETO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	1,14	R\$ 46,26	R\$ 55,97	R\$ 63,81
6.3	SINAPI 96335		FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	1,62	R\$ 116,16	R\$ 140,55	R\$ 227,69

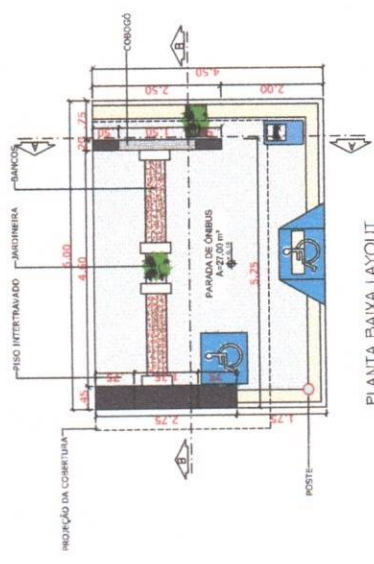


6.4	SINAPI 96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	9,34	R\$ 58,82	R\$ 71,17	R\$ 664,44
6.5	SINAPI 96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	36,90	R\$ 11,81	R\$ 14,29	R\$ 527,30
6.6	SINAPI 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	36,00	R\$ 10,48	R\$ 12,68	R\$ 456,48
6.7	SINAPI 92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	36,50	R\$ 10,62	R\$ 12,85	R\$ 469,03
6.8	SINAPI 92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	57,40	R\$ 9,55	R\$ 11,56	R\$ 663,54
6.9	SINAPI 92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	39,50	R\$ 8,08	R\$ 9,78	R\$ 386,31
6.10	SINAPI 95445	CORTE E DOBRADA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRIBO CONTÍNUO HELICOIDAL. AF_10/2016	KG	66,00	R\$ 7,00	R\$ 8,47	R\$ 559,02
6.11	SINAPI 101964	LAIJE PRE MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA FORRO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO +CAPA)= (8+3). AF_11/2020	M²	20,40	R\$ 131,53	R\$ 159,15	R\$ 3.246,66
6.12	SINAPI 94971	CONCRETO FCK=25 MPa, TRAÇO 1:2; 6:1; 9 (EM MASSA SECA DE CIMENTO, AREIA MÉDIA /BRITA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 600L. AF_05/2021	M³	4,17	R\$ 369,48	R\$ 447,07	R\$ 1.864,28
6.13	SINAPI 92873	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADEUSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M²	4,17	R\$ 153,45	R\$ 185,67	R\$ 774,24
<b>7.0</b> INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
7.1	CAERN 100622	POSTE DE AÇO CONÍCO CONTÍNUO CURVO SIMPLES, ENGASTADO, H=9M, INCLUSIVE LUMINÁRIA, SEM LÂMPADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UND	1	R\$ 1.702,51	R\$ 2.060,04	R\$ 2.060,04
7.2	COMPOSIÇÃO 02	LUMINÁRIA SOLAR LED 200W PARA POSTE( INCLUSO 1 LUMINÁRIA SOLAR, 1 PAINEL SOLAR E 1 KIT DE FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO EM POSTE)	UND	1	R\$ 775,70	R\$ 938,60	R\$ 938,60
<b>8.0</b> EQUIPAMENTOS							
8.1	COMPOSIÇÃO 01	BANCO DE MADEIRA COM ASSENTO FIXADO EM CONCRETO	UND	2	R\$ 1.474,96	1784,7	R\$ 3.569,40
8.2	DNIT 5213440	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM AÇO D=0,60 M - PELÍCULA RETROREFLETIVA TIPO 1 + SI	UND	1	R\$ 147,60	178,6	R\$ 178,60
<b>9.0</b> COBERTURA							
9.1	SINAPI 94207	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO. AF_07/2019	M²	20,4	R\$ 54,11	R\$ 65,47	R\$ 1.335,59
9.2	SINAPI 92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTO POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ DUAS ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA, OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	20,4	R\$ 15,10	R\$ 18,27	R\$ 372,71
9.3	SINAPI 94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	6	R\$ 75,41	R\$ 91,25	R\$ 547,50
<b>10.0</b> PINTURA E ACABAMENTOS							
10.1	SINAPI 88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRILICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	43,22	R\$ 11,31	R\$ 13,69	R\$ 591,68
10.2	SINAPI 6082	PINTURA EM VERNIZ (INCOLOR) ALDÍDICO EM MAEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M²	2,88	R\$ 21,86	R\$ 26,45	R\$ 76,18
10.3	SINAPI 96128	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRILICA EM SUPERFÍCIES EXTERNA DE SACADA E EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA DEMÃO. AF_05/2017	M²	19,05	R\$ 19,05	R\$ 23,05	R\$ 439,10
10.4	SINAPI 95305	TEXTURA ACRILICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_09/2016	M²	3,12	R\$ 11,73	R\$ 14,19	R\$ 44,27
							<b>R\$ 1.151,23</b>
							<b>R\$ 591,68</b>
							<b>R\$ 76,18</b>
							<b>R\$ 439,10</b>
							<b>R\$ 44,27</b>
							<b>R\$ 31.336,18</b>

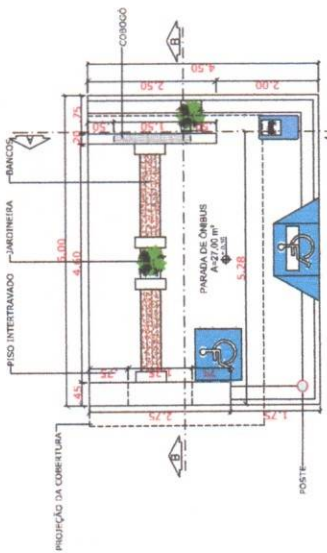
O PRESENTE ORÇAMENTO IMPORTA NO VALOR DE R\$ 31.336,18 (TRINTA E UM MIL TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS)

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA: 2117690351

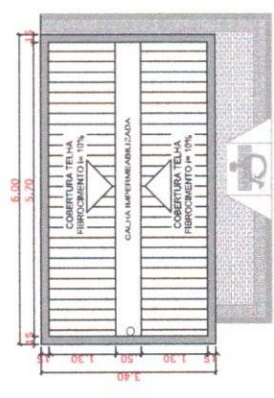
ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA:103926  
Assinado de forma digital por ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403  
Dados: 2021.08.16 09:15:24 -03'00'  
78403



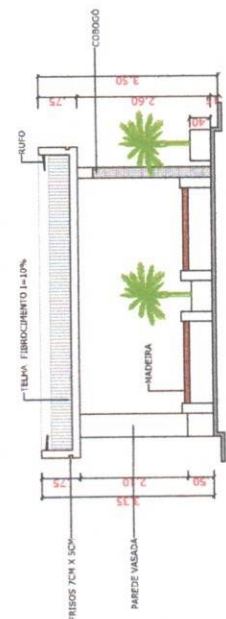
PLANTA BAIXA LAYOUT  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



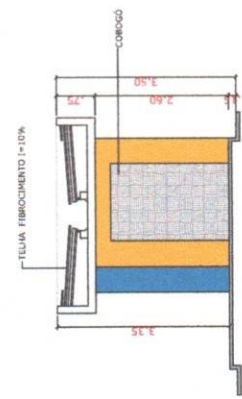
PLANTA BAIXA TÉCNICA  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



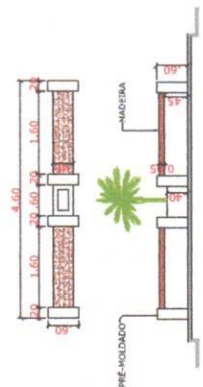
PLANTA DE COBERTURA  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



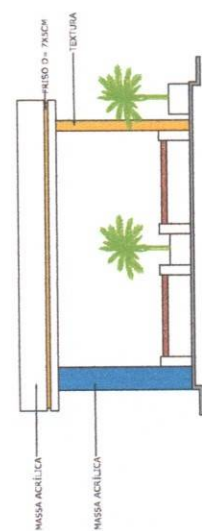
CORTE A-A  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



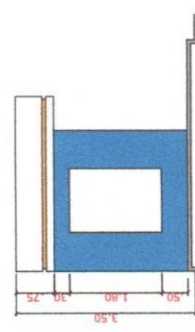
CORTE B-B  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



DETALHE DOS BANCOS  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



FACHADA FRONTAL  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50



FACHADA LATERAL  
ABRIGO DE PASSAGEIROS  
ESCALA 1/50

Assinado de forma digital por ANDRE DE MEDEIROS LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403 Dados: 2021.08.10 20:05:12 -03'00'



PRANCHA:	1/2	
	DATA: 20/07/2021	ESCALA: INDICADA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA ENGENHEIRO CIVIL CREA 2117690351	
CONTEÚDO:	PLANTA CORTES FACHADA	
PROJETO ARQUITETÔNICO - ABRIGO DE PASSAGEIROS		
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN		
LOCAL: SÃO FERNANDO - RN		





**ABRIGO DE PASSAGEIROS**



**ABRIGO DE PASSAGEIROS**



**AV. CAPITÃO JOSÉ INÁCIO**

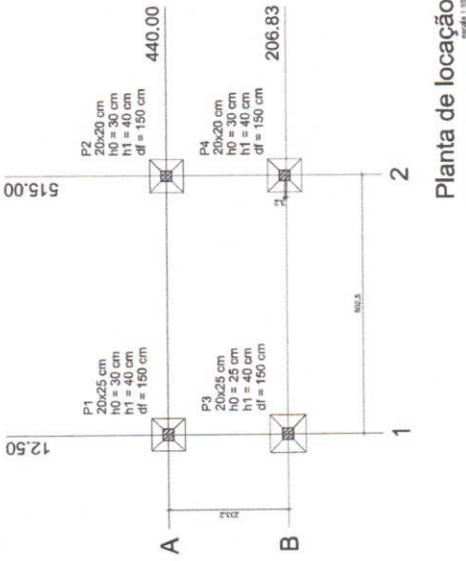
Assinado de forma digital por ANDRÉ DE MEDEIROS LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403  
 Dados: 2021.08.10 20:06:02 -03'00'



- **Abrigo de Passageiros 01:** 6°23'7.12"S / 37°11'16.15"O
- **Abrigo de Passageiros 02:** 6°22'52.25"S / 37°11'12.53"O

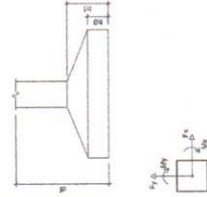
PRANCHA:	2/2	
	DATA:	20/07/2021
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA ENGENHEIRO CIVIL CREA 2117690351	
CONTEÚDO:	LOCALIZAÇÃO	
PROJETO ARQUITETÔNICO - ABRIGO DE PASSAGEIROS		
CLIENTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN	
LOCAL:	SÃO FERNANDO - RN	





Planta de localização  
escala: 1:50

Nome	Pilar				Fundação									
	Seção (cm)	X (cm)	Y (cm)	Carga Máx. (tf)	Carga Min. (tf)	Mx (kgf.m)	My (kgf.m)	Fx (tf)	Fy (tf)	Lado B (cm)	Lado H (cm)	h0 / ha (cm)	h1 / hb (cm)	df (cm)
P1	20x25	12.50	440.00	4.7	3.8	0	0	0.2	0.4	65	65	30	40	150
P2	20x20	515.00	440.00	3.4	2.6	0	0	0.1	0.2	65	65	30	40	150
P3	20x25	12.50	206.83	7.8	6.4	0	0	0.2	0.4	70	75	25	40	150
P4	20x20	515.00	210.00	6.6	5.2	0	0	0.2	0.2	65	65	30	40	150

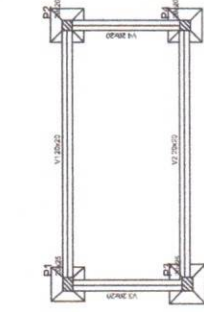


Localização no eixo X

Coordenadas (cm)	Nome
12.50	P1, P3
515.00	P2, P4

Localização no eixo Y

Coordenadas (cm)	Nome
440.00	P1, P2
206.83	P3
210.00	P4



Forma do pavimento FUNDÇÃO  
escala: 1:50

Nome

Seção	Alargado (cm)	Nível
P1	20 x 25	0
P2	20 x 20	0
P3	20 x 25	0
P4	20 x 20	0

Placas

Nome	Seção	Alargado (cm)	Nível
P1	20 x 25	0	0
P2	20 x 20	0	0
P3	20 x 25	0	0
P4	20 x 20	0	0

Características das armaduras

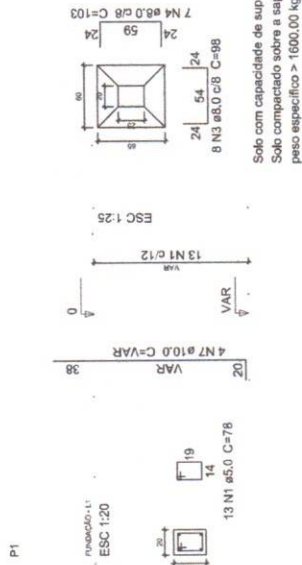
Var	Seção	Espec. (kgf/cm²)
1	10 N2	65.0
2	10 N2	65.0
3	10 N2	65.0
4	10 N2	65.0

Legenda das Placas

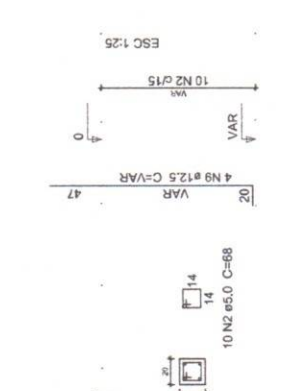
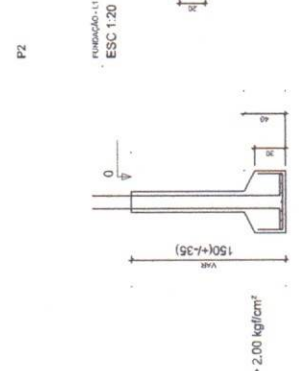
	Pilar sem armadura
	Pilar com armadura
	Placa com malha de aço

S1  
PLANTA  
ESC 1:25

CORTE  
ESC 1:25



Detailamento das Sapatas  
escala: 1:50



S2  
PLANTA  
ESC 1:25

CORTE  
ESC 1:25

CONTEÚDO:  
**PROJETO ESTRUTURAL  
DETALHAMENTOS**

CLIENTE:  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN**

LOCAL:  
**SÃO FERNANDO - RN**

RESPONSÁVEL TÉCNICO:  
**ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA 2117690351**

DATA:  
**20/07/2021**

ESCALA:  
**INDICADA**

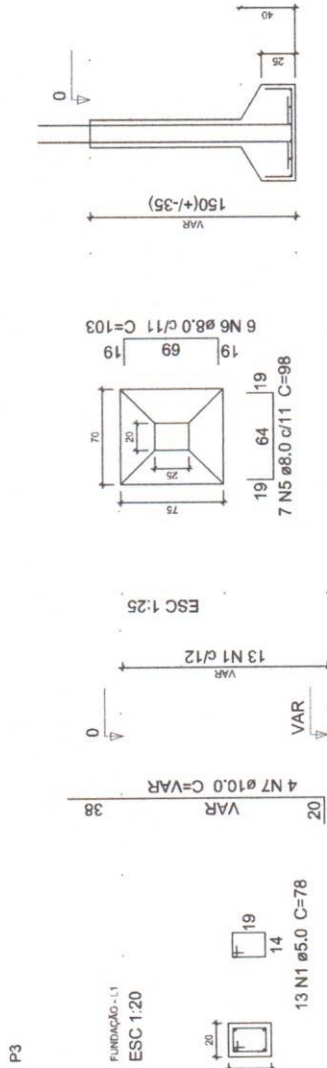
PRANCHA:  
**1/5**



**ANDRE LUIS DE ASSINADO DE FORMA  
DIGITAL POR ANDRE LUIS  
MEDEIROS  
DE MEDEIROS**  
SILVA:10392678403  
Dados: 2021.08.10  
20:06:52 -03'00'



S3  
PLANTA  
ESC 1:25



Solo com capacidade de suporte > 2.00 kgf/cm<sup>2</sup>  
Solo compactado sobre a sapata  
peso específico > 1600,00 kgf/m<sup>3</sup>

Relação do aço

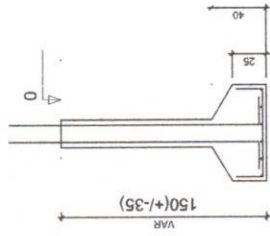
ÁÇO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	26	78	2028
CA50	2	5.0	10	68	680
CA50	3	8.0	8	98	784
CA50	4	8.0	7	103	721
CA50	5	8.0	7	98	686
CA50	6	8.0	6	103	618
CA50	7	10.0	8	VAR	VAR
CA50	8	10.0	14	117	1638
CA50	9	12.5	4	VAR	VAR

Resumo do aço

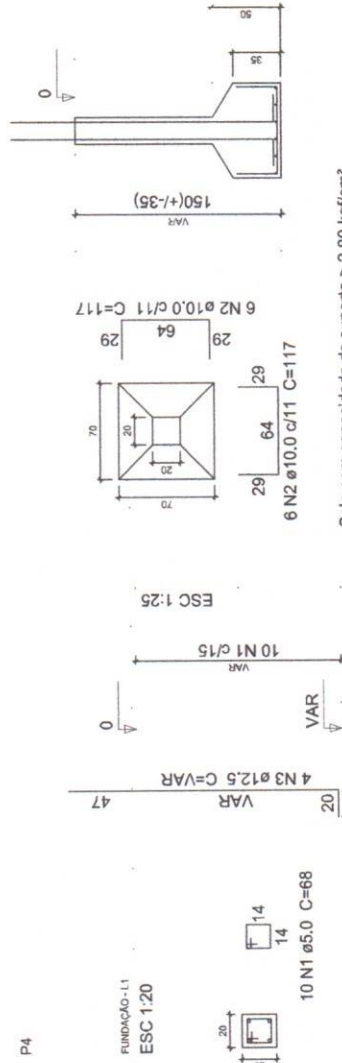
ÁÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA50	10.0	14.1	9.5
CA60	5.0	8.6	9.1
PESO TOTAL		6.8	1.2
CA50		18.6	
CA60		1.2	

Vol. de concreto total (C-25) = 0.27 m<sup>3</sup>  
Área de forma total = 2.18 m<sup>2</sup>

CORTE  
ESC 1:25



S4  
PLANTA  
ESC 1:25



Solo com capacidade de suporte > 2.00 kgf/cm<sup>2</sup>  
Solo compactado sobre a sapata  
peso específico > 1600,00 kgf/m<sup>3</sup>

Relação do aço

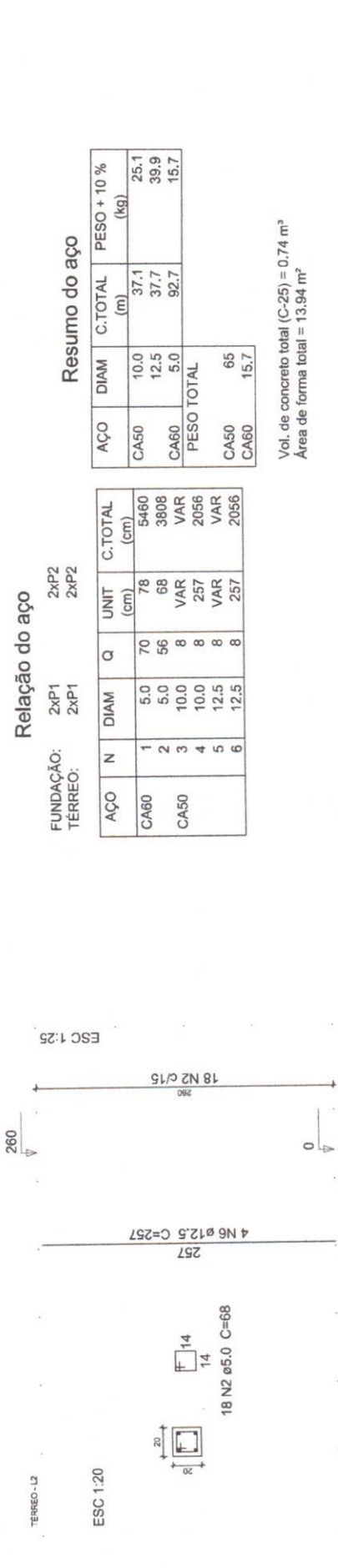
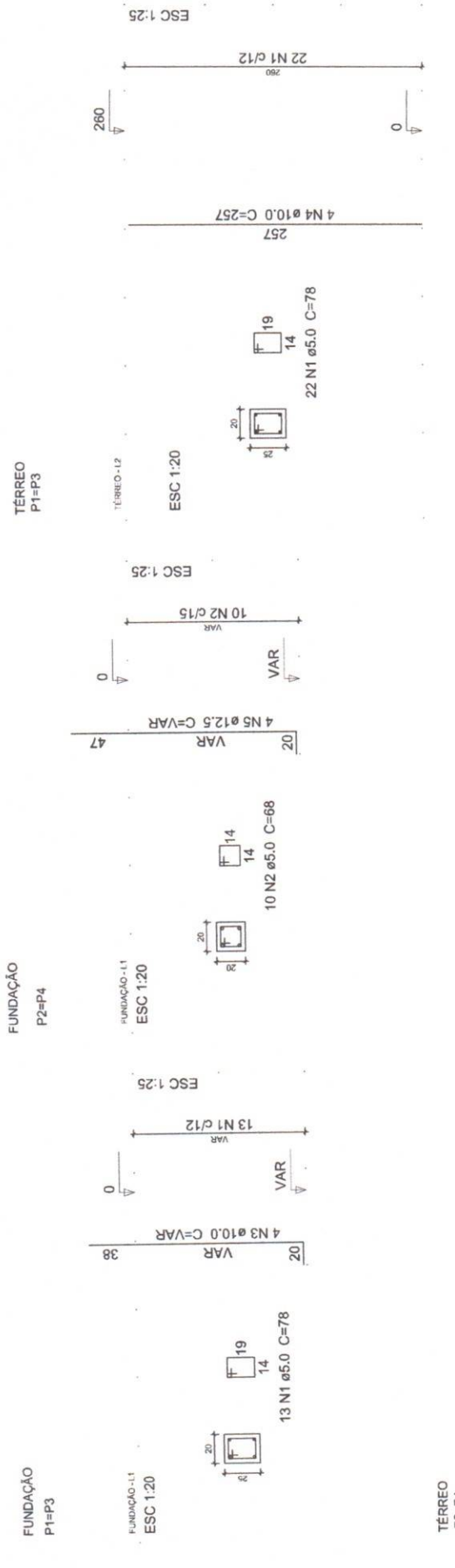
ÁÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA50	8.0	28.1	12.2
CA50	10.0	32.9	22.3
CA60	5.0	27.1	9.1
PESO TOTAL		4.6	4.6
CA50		43.5	
CA60		4.6	

Vol. de concreto total (C-25) = 0.68 m<sup>3</sup>  
Área de forma total = 6.34 m<sup>2</sup>

ANDRE LUIS Assinado de forma digital por ANDRE DE MEDEIROS LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403 78403  
Dados: 2021.08.10 20:07:23 -03'00'



CONTEÚDO: <b>PROJETO ESTRUTURAL DETALHAMENTOS</b>	RESPONSÁVEL TÉCNICO: <b>ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA ENGENHEIRO CIVIL CREA 2117690351</b>	FRANCHA: <b>2/5</b>
	DATA: <b>20/07/2021</b>	ESCALA: <b>INDICADA</b>
PROJETO ESTRUTURAL - ABRIGO DE PASSAGEIROS		
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN		
LOCAL: SÃO FERNANDO - RN		



**Relação do aço**

FUNDAÇÃO: 2xP1 2xP2  
 TERREO: 2xP1 2xP2

AÇO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	70	78	5460
	2	5.0	56	68	3808
CA50	3	10.0	8	VAR	VAR
	4	10.0	8	257	2056
	5	12.5	8	VAR	VAR
	6	12.5	8	257	2056

**Resumo do aço**

AÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	10.0	37.1	25.1
CA60	12.5	37.7	39.9
	5.0	92.7	15.7
<b>PESO TOTAL</b>			
CA50	65		
CA60	15.7		

Vol. de concreto total (C-25) = 0.74 m<sup>3</sup>  
 Área de forma total = 13.94 m<sup>2</sup>

**Detalhamento dos Pilares**

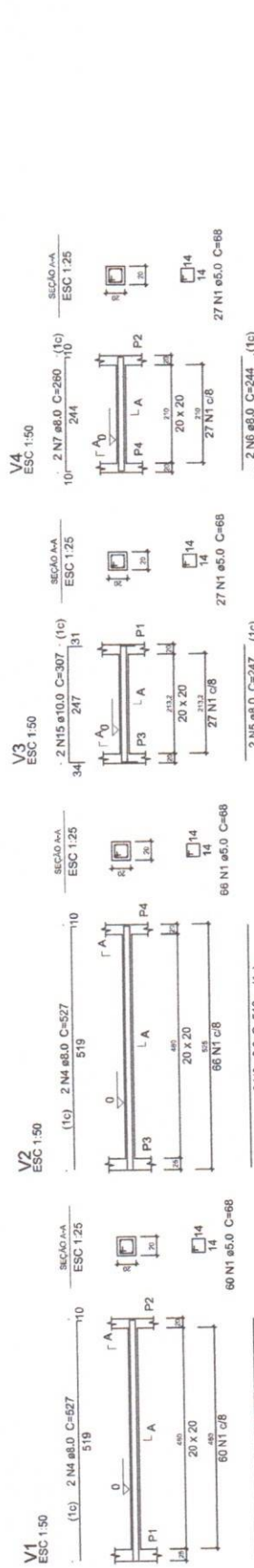
escala 1:50

**ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA:103926**  
 Assinado de forma digital por ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA:10392678403  
 Dados: 2021.08.10 20:07:53 -03'00'

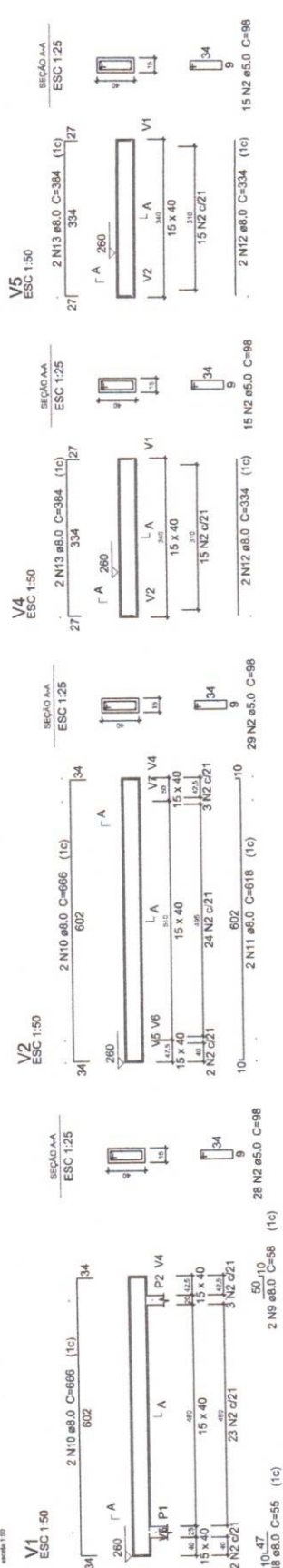


PRANCHA: <b>3/5</b>	DATA: 20/07/2021	RESPONSÁVEL TÉCNICO: ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA ENGENHEIRO CIVIL CREA 2117690351	CONTEÚDO: PROJETO ESTRUTURAL DETALHAMENTOS
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN		LOCAL: SÃO FERNANDO - RN	





**Detalhamento Vigas Baldrame**



**Relação do aço**

ACO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	180	68	12240
	2	5.0	143	98	14014
	3	8.0	4	519	2076
	4	8.0	4	527	2108
	5	8.0	2	247	494
	6	8.0	2	244	488
	7	8.0	2	260	520
	8	8.0	2	55	110
	9	8.0	2	58	116
	10	8.0	4	668	2664
	11	8.0	2	618	1236
	12	8.0	4	334	1336
	13	8.0	4	384	1536
	14	8.0	4	350	1400
	15	10.0	2	307	614
	16	10.0	2	500	1000
	17	10.0	4	397	1588
	18	10.0	2	519	1038
	19	10.0	2	568	1136

**Resumo do aço**

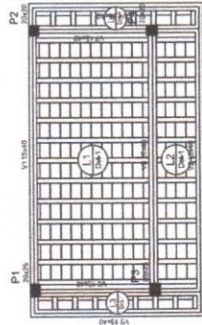
ACO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	8.0	140.9	61.1
CA60	10.0	53.8	36.5
	5.0	252.6	44.5
<b>PESO TOTAL</b>			
CA50		97.6	
CA60		44.5	

Vol. de concreto total (C=25) = 2.48 m³  
Área de forma total = 38.77 m²

Assinado de forma digital  
por ANDRE LUIS DE  
MEDEIROS  
SILVA:10392678403  
Dados: 2021.08.10  
20:08:20 -03'00"

RESPONSÁVEL TÉCNICO:	DATA:	FRANCHA:
PROJETO ESTRUTURAL DETALHAMENTOS	20/07/2021	
CONTEÚDO:	ESCALA:	
PROJETO ESTRUTURAL - ABRIGO DE PASSAGEIROS	INDICADA	
CLIENTE:	INDICADA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN		
LOCAL:		
SÃO FERNANDO - RN		





Forma do pavimento TÉRREO  
escala 1:50

Nome	Quantidade	Unidade	Valor
V1	0	200	0
V2	0	200	0
V3	0	200	0
V4	0	200	0
V5	0	200	0
V6	0	200	0
V7	0	200	0
V8	0	200	0
V9	0	200	0
V10	0	200	0
V11	0	200	0
V12	0	200	0
V13	0	200	0
V14	0	200	0
V15	0	200	0
V16	0	200	0
V17	0	200	0
V18	0	200	0
V19	0	200	0
V20	0	200	0
V21	0	200	0
V22	0	200	0
V23	0	200	0
V24	0	200	0
V25	0	200	0
V26	0	200	0
V27	0	200	0
V28	0	200	0
V29	0	200	0
V30	0	200	0
V31	0	200	0
V32	0	200	0
V33	0	200	0
V34	0	200	0
V35	0	200	0
V36	0	200	0
V37	0	200	0
V38	0	200	0
V39	0	200	0
V40	0	200	0
V41	0	200	0
V42	0	200	0
V43	0	200	0
V44	0	200	0
V45	0	200	0
V46	0	200	0
V47	0	200	0
V48	0	200	0
V49	0	200	0
V50	0	200	0
V51	0	200	0
V52	0	200	0
V53	0	200	0
V54	0	200	0
V55	0	200	0
V56	0	200	0
V57	0	200	0
V58	0	200	0
V59	0	200	0
V60	0	200	0
V61	0	200	0
V62	0	200	0
V63	0	200	0
V64	0	200	0
V65	0	200	0
V66	0	200	0
V67	0	200	0
V68	0	200	0
V69	0	200	0
V70	0	200	0
V71	0	200	0
V72	0	200	0
V73	0	200	0
V74	0	200	0
V75	0	200	0
V76	0	200	0
V77	0	200	0
V78	0	200	0
V79	0	200	0
V80	0	200	0
V81	0	200	0
V82	0	200	0
V83	0	200	0
V84	0	200	0
V85	0	200	0
V86	0	200	0
V87	0	200	0
V88	0	200	0
V89	0	200	0
V90	0	200	0
V91	0	200	0
V92	0	200	0
V93	0	200	0
V94	0	200	0
V95	0	200	0
V96	0	200	0
V97	0	200	0
V98	0	200	0
V99	0	200	0
V100	0	200	0

Nome	Quantidade	Unidade	Valor
L1	0	200	0
L2	0	200	0
L3	0	200	0
L4	0	200	0
L5	0	200	0
L6	0	200	0
L7	0	200	0
L8	0	200	0
L9	0	200	0
L10	0	200	0
L11	0	200	0
L12	0	200	0
L13	0	200	0
L14	0	200	0
L15	0	200	0
L16	0	200	0
L17	0	200	0
L18	0	200	0
L19	0	200	0
L20	0	200	0
L21	0	200	0
L22	0	200	0
L23	0	200	0
L24	0	200	0
L25	0	200	0
L26	0	200	0
L27	0	200	0
L28	0	200	0
L29	0	200	0
L30	0	200	0
L31	0	200	0
L32	0	200	0
L33	0	200	0
L34	0	200	0
L35	0	200	0
L36	0	200	0
L37	0	200	0
L38	0	200	0
L39	0	200	0
L40	0	200	0
L41	0	200	0
L42	0	200	0
L43	0	200	0
L44	0	200	0
L45	0	200	0
L46	0	200	0
L47	0	200	0
L48	0	200	0
L49	0	200	0
L50	0	200	0

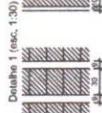
Forma do pavimento TÉRREO  
escala 1:50

Nome	Quantidade	Unidade	Valor
P1	0	200	0
P2	0	200	0
P3	0	200	0
P4	0	200	0
P5	0	200	0
P6	0	200	0
P7	0	200	0
P8	0	200	0
P9	0	200	0
P10	0	200	0
P11	0	200	0
P12	0	200	0
P13	0	200	0
P14	0	200	0
P15	0	200	0
P16	0	200	0
P17	0	200	0
P18	0	200	0
P19	0	200	0
P20	0	200	0
P21	0	200	0
P22	0	200	0
P23	0	200	0
P24	0	200	0
P25	0	200	0
P26	0	200	0
P27	0	200	0
P28	0	200	0
P29	0	200	0
P30	0	200	0
P31	0	200	0
P32	0	200	0
P33	0	200	0
P34	0	200	0
P35	0	200	0
P36	0	200	0
P37	0	200	0
P38	0	200	0
P39	0	200	0
P40	0	200	0
P41	0	200	0
P42	0	200	0
P43	0	200	0
P44	0	200	0
P45	0	200	0
P46	0	200	0
P47	0	200	0
P48	0	200	0
P49	0	200	0
P50	0	200	0

Nome	Quantidade	Unidade	Valor
P1	0	200	0
P2	0	200	0
P3	0	200	0
P4	0	200	0
P5	0	200	0
P6	0	200	0
P7	0	200	0
P8	0	200	0
P9	0	200	0
P10	0	200	0
P11	0	200	0
P12	0	200	0
P13	0	200	0
P14	0	200	0
P15	0	200	0
P16	0	200	0
P17	0	200	0
P18	0	200	0
P19	0	200	0
P20	0	200	0
P21	0	200	0
P22	0	200	0
P23	0	200	0
P24	0	200	0
P25	0	200	0
P26	0	200	0
P27	0	200	0
P28	0	200	0
P29	0	200	0
P30	0	200	0
P31	0	200	0
P32	0	200	0
P33	0	200	0
P34	0	200	0
P35	0	200	0
P36	0	200	0
P37	0	200	0
P38	0	200	0
P39	0	200	0
P40	0	200	0
P41	0	200	0
P42	0	200	0
P43	0	200	0
P44	0	200	0
P45	0	200	0
P46	0	200	0
P47	0	200	0
P48	0	200	0
P49	0	200	0
P50	0	200	0

Forma do pavimento TÉRREO  
escala 1:50

Blocos de enchimento						
Detalhe	Tipo	Nome	Dimens(ões)(cm)		Quantidade	
			Nb	bX	bY	
1	Lajota cerâmica	B10/30/20	10	30	20	184



Nome	Quantidade	Unidade	Valor
P1	0	200	0
P2	0	200	0
P3	0	200	0
P4	0	200	0
P5	0	200	0
P6	0	200	0
P7	0	200	0
P8	0	200	0
P9	0	200	0
P10	0	200	0
P11	0	200	0
P12	0	200	0
P13	0	200	0
P14	0	200	0
P15	0	200	0
P16	0	200	0
P17	0	200	0
P18	0	200	0
P19	0	200	0
P20	0	200	0
P21	0	200	0
P22	0	200	0
P23	0	200	0
P24	0	200	0
P25	0	200	0
P26	0	200	0
P27	0	200	0
P28	0	200	0
P29	0	200	0
P30	0	200	0
P31	0	200	0
P32	0	200	0
P33	0	200	0
P34	0	200	0
P35	0	200	0
P36	0	200	0
P37	0	200	0
P38	0	200	0
P39	0	200	0
P40	0	200	0
P41	0	200	0
P42			